



Anais da Assembléia

Nº 16

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1.989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado José Afonso Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Eduardo Baggio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acyr Mezzadri, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Paul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (45). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, David Cheriegate, Ferrari Júnior, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Luiz Antonio Setti e Rafael Greca (08). Achando-se em licença o Senhor Deputado Algaci Túlio. (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Pela ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem) Senhor Presidente, Vossa Excelência já tinha dado prosseguimento, inclusive, tinha mandado ler o Expediente que estava sobre a Mesa. É matéria vencida.
(Vozes paralelas).

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela ordem) Inclusive o serviço de som é testemunha que o microfone estava ligado e a própria Mesa viu que eu estava solicitando. Vossa Excelência não poderia ouvir porque não havia microfone funcionando.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Esta Presidência como é democrática vai proceder à verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, democracia é isto que nós vivemos, no País e na Casa. Não é atitude democrática de Vossa Excelência atender pedido extemporâneo que fere o Regimento Interno. Vossa Excelência já tinha dado como aprovada e determinou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do Expediente. Então, vamos pedir verificação na Ata dos trabalhos de ontem, é a mesma coisa.

Em todo caso eu me curvo à decisão de Vossa Excelência pelo grande respeito que tenho a Vossa Excelência ...

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Da mesma forma Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - ... E requeiro também chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Esta Presidência defere e será feita a chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer) (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) 32 Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria apenas de registrar que o Deputado Lindolfo Júnior se encontra presente.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

Senhor Presidente, na chamada nominal dos Senhores Deputados, eu notei que o ilustre 1º Secretário chamou o Deputado Algaci Túlio e eu queria registrar que o Deputado Algaci Túlio se encontra licenciado, assumindo interinamente a Prefeitura do Município de Curitiba, o que poderá causar para ele faltas, ao que ele não é acostumado nesta Casa, no decorrer dos trabalhos do Legislativo. Ele está licenciado desta Casa.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu, em respeito a Vossa Excelência e à própria Mesa, vou aceitar este número de 32, que qualquer criança analfabeta sabe que não existem 32 no Plenário e apenas lamentar, porque acho que tenho que rever a minha escola primária, os conceitos de aritmética, porque menos de vinte acabam em trinta e dois, misteriosamente.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Esta Presidência, antes de conceder a palavra ao Deputado Dirceu Manfrinato, quer lembrar ao Deputado Edmar Luiz Costa, que com todo o respeito que tem por este Deputado, não pode acatar a questão de ordem de Vossa Excelência, porque só se Vossa Excelência sentar no lugar do 1º Secretário e fizer a chamada, porque consta que trinta e dois Senhores Deputados responderam a chamada.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, é lamentável quando se levanta, dentro desta Casa, dúvidas de alguns Deputados com relação a essa Mesa que nós conhecemos a sua idoneidade e acima de tudo a seriedade. Na verdade a interpelação do Deputado Valderi Mendes Vilela, ao dizer da ausência do Deputado Algaci Túlio, talvez ele se esqueça que errar é humano. Como ele constantemente tem errado neste Plenário com as suas colocações, é óbvio que possa haver uma falha do Senhor 1º Secretário, mas quero registrar aqui o respeito que tenho pelo 1º Secretário, pela sua competência e pela sua seriedade como Deputado deste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)

O Deputado Dirceu Manfrinato não vai pensar que eu estou atacando a figura do meu ilustre companheiro, amigo Werner Wanderer, no qual tive a máxima satisfação de votar para 2º Secretário. Eu só estou, Deputado Manfrinato, defendendo os meus companheiros de Bancada e se todas as vezes que errei neste Plenário foi tentando fazer alguma coisa em benefício dos meus eleitores do Paraná, de uma forma geral,

porque fui eleito para defender os interesses do Paraná. Por isto deixo registrado que não é nenhuma ofensa, em esclarecimento do nobre companheiro Manfrinato que deve ser zeloso pela sua atuação.

Deputado Manfrinato, não foi uma ofensa ao nobre Deputado Werner Wanderer, meu amigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Esta Presidência solicita aos Senhores Parlamentares que tomem assento em seus lugares para se proceder à verificação de votação solicitada pelo Deputado Edmar Luiz Costa.

Senhores Deputados que aprovam a Ata, queiram levantar-se.

Aprovada, por unanimidade.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de registrar meu voto contrário à Ata de ontem, porque ela não corresponde à realidade dos fatos que aconteceram aqui, na questão do quorum, coisa que nós estamos discutindo hoje de novo.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela ordem) Da mesma forma, registro o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Perfeitamente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o n. DTL/SAT n. 15/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n. 024/89, por julgar as partes vetadas inconstitucionais em razão de motivos expostos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. 270/89, do Senhor Antônio Ferreira Ruppel, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o qual encaminha para exame nesta Augusta Casa de Leis, o anteprojeto de lei que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Estado, junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. Ao conhecimento da Casa.

Indicação

OF. n° 82/89

Curitiba, 04.04.89

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, encaminho a Vossa Excelência a indicação dos Deputados de nossa Bancada que comporão as diversas co-

missões desta Casa, assim definidos:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titular: PAULINO JOSÉ DELAZERI
Suplente: HAROLDO FERREIRA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titular: NEREU CARLOS MASSIGNAN
RAUL LOPES
Suplente: PAULINO JOSÉ DELAZERI
JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Titular: PAULINO JOSÉ DELAZERI
Suplente: HAROLDO FERREIRA

COMISSÃO DE FINANÇAS

Titular: JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO
Suplente: RAUL LOPES

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titular: PAULINO JOSÉ DELAZERI
Suplente: NEREU CARLOS MASSIGNAN

COMISSÃO DE AGRICULTURA

Titular: NELSON VASCONCELLOS
Suplente: PAULINO JOSÉ DELAZERI

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titular: RAUL LOPES
Suplente: NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Titular: NELSON VASCONCELLOS
Suplente: HAROLDO FERREIRA

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO

Titular: HAROLDO FERREIRA
Suplente: PAULINO JOSÉ DELAZERI

COMISSÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular: JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO
Suplente: RAUL LOPES

COMISSÃO DE SAÚDE

Titular: HAROLDO FERREIRA
Suplente: NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titular: RAUL LOPES
Suplente: NELSON VASCONCELLOS

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Titular: NEREU CARLOS MASSIGNAN
Suplente: JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Titular: NELSON VASCONCELLOS
Suplente: RAUL LOPES

Valemo-nos da oportunidade para renovar a Vossa Excelência, nossa consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN
Líder do PSDB

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Titular: HAROLDO FERREIRA
Suplente: RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e de acordo com o disposto pelo Artigo 100, do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n°s 59, 11, 12, 13 e 42/89, itens 12, 13, 14, 15, 16 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

COMISSÃO DE TURISMO

Titular: JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO
Suplente: PAULINO JOSÉ DELAZERI

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTE

Titular: RAUL LOPES
Suplente: NEREU CARLOS MASSIGNAN

COMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Titular: PAULINO JOSÉ DELAZERI
Suplente: NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO N° 446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em

COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

Titular: NEREU CARLOS MASSIGNAN
Suplente: JOSÉ ROGÉRIO DE CARVALHO

3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

REQUERIMENTO N° 441

Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Senhor Anoar Karam, ocorrido dia 27 de março na cidade de Francisco Beltrão, dando-se conhecimento do Ato à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A morte de Anoar Karam encerrou uma vida participativa nas atividades sociais e esportivas na cidade de Francisco Beltrão. Passou a residir naquela cidade no ano de 1960, sendo o primeiro farmacêutico formado da localidade. Ligou-se desde logo à atividade esportiva, participando da fundação do Real Esporte Clube que se transformaria numa das principais entidades sociais e esportivas de Francisco Beltrão. Participou da criação da LERBE- Liga Esportiva Regional Beltronense - da qual foi o primeiro árbitro, como também da fundação do Clube Esportivo Barro Preto e, mais recentemente, do Marrecas Clube. Por dez anos exerceu a função de Juiz de Paz. Por todas essas atividades, o nome de Anoar Karam, está definitivamente inscrito na história de Francisco Beltrão.

REQUERIMENTO N° 414

Senhor Presidente.

O Deputado David Cheriegate, ao final assinado, no desempenho do seu mandato parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após consultado o Plenário, Voto de Congratulações ao Senhor Miguel Uliana Cargnin pelo lançamento do livro "Aconteceu em Paraíso", ocorrido no dia 16 de março de 1989, no Centro Cultural Gilberto Mayer de Cascavel.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Miguel Uliana Cargnin, nosso grande amigo, é advogado, maestro, escritor e poeta. É um escritor cascavelense o que diga-se é uma honra muito grande para nossa Cidade.

Para escrever este livro o Senhor Miguel, que havia sofrido um acidente cardiovascular, teve que aprender novamente desde o mais simples gesto ao ato de escrever uma obra de tal valor, como este romance, que versa sobre um crime passionnal verídico, repleto de ódio, sexo e violência, que vem sublinhar a maravilhosa

capacidade e o sucesso dos esforços deste digníssimo, e acima de tudo ser humano. Ao escrever esta obra o Senhor Miguel preocupou-se muito em "agradar gregos e troianos", isto é, ele quis constituir uma obra que estivesse ao alcance de todas as classes, usando de muito "jogo de cintura", no intuito de evitar que fossem feridos os sentimentos femininos.

REQUERIMENTO N° 445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado na Ata desta Sessão, de voto de congratulações a Igreja do Evangelho Quadrangular pela decisão pioneira de enviar o renomado Pastor Guido Sangiorgi e esposa, Eurípedes Sangiorgi, como missionários para pregações evangélicas na Itália, sob os auspícios da operosa organização religiosa.

Requer, ainda, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa ao Conselho Regional de Diretores e as Superintendências Regionais de Curitiba e Joinville da Igreja do Evangelho Quadrangular bem como ao homenageado.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de regozijo pela posse do Juiz Paranaense Milton Luiz Pereira, na Presidência do Tribunal Regional Federal, 3ª Região.

Os serviços prestados pelo ilustre coestadano conferiram-lhe uma notoriedade tão feliz quanto a projeção que seu desempenho sempre conferiu ao nosso Estado, pelo que o povo paranaense é grato.

Requer, ainda que da decisão sejam informados os membros da Justiça Federal do Paraná, bem como o Juiz Milton Luiz Pereira.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de regozijo pela posse do Juiz José Carlos Cal Garcia, na Presidência do Tribunal Regional Federal, 4ª Região.

A eleição do eminente julgador foi demonstração clara do reconhecimento dos no-

tórios méritos do ilustre homenageado neste requerimento, ao tempo em que projeta seu desempenho que sempre conferiu a justiça paranaense e brasileira.

Requer, ainda que da decisão sejam informados os membros da Justiça Federal do Paraná, bem como o Juiz José Carlos Cal Garcia.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO N° 444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de louvor ao Senador Leite Chaves, pelo recebimento da Grã Cruz do Mérito Judiciário, recebido na data de hoje.

O merecido recebimento dessa comenda, não apenas enaltece o ilustre paranaense Leite Chaves, mas também distingue o Estado do Paraná.

Requer ainda, da decisão sejam informados os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, como o Senador Leite Chaves.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, implantação de Posto de Serviço Telefônico na localidade de São Francisco do Bandeira, no município de Dois Vizinhos, oficiando-se neste sentido a TELEPAR. Requer se dê ciência deste Requerimento aos Vereadores, Prefeito, Vice e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Requerimento neste sentido foi proposto na Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos pelo Vereador Celso Tosi. São Francisco do Bandeira, pela distância, verá resolvido grave problema de comunicação.

O atendimento àquela comunidade fará com que a TELEPAR seja cada vez mais conhecida pelo povo paranaense, o seu alcance social com os investimentos que fez e fará.

REQUERIMENTO N° 422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e

após ouvido o Plenário, REQUER, a construção da Sede própria para a Empresa de Correios e Telégrafos na cidade de Dois Vizinhos, oficiando-se neste sentido a Empresa de Correios e Telégrafos, dando-se ciência deste Requerimento aos Vereadores, Prefeito, Vice e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Há interesse do Município na melhoria dos serviços dos correios na cidade de Dois Vizinhos. Este assunto foi abordado pelo Vereador Cândido Scholl, na sessão do dia 21.03.89, na Câmara dos Vereadores, quando inclusive informou da disposição do Senhor Prefeito em doar o terreno para que a obra se viabilize. No exercício do meu mandato de vereador (76/82), propus idêntica medida. Hoje as necessidades de melhoria se multiplicaram.

A ECT sempre tem demonstrado muito interesse no atendimento dos Municípios e certamente verá com muito interesse a construção desta obra pois Dois Vizinhos hoje representa polo de desenvolvimento invejável, segundo Município em orçamento e ICM no sudoeste do Paraná.

REQUERIMENTO N° 423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, implantação de Poços Artesianos no Município de Dois Vizinhos, oficiando-se neste sentido a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e à SUDESUL, dando-se ciência deste Requerimento aos Vereadores, Prefeito, Vice e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A implantação de um programa de Poços Artesianos poderá ajudar inúmeras comunidades do interior do Município. A definição das comunidades a serem atendidas se fará através da participação da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Órgãos Estaduais envolvidos no Programa. Este assunto foi objeto de reivindicação apresentada na Câmara de Vereadores de Dois Vizinhos no dia 21.03.89, do qual fui testemunha naquela ocasião, participando da refe-

rida reunião.

REQUERIMENTO N° 424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, implantação de Posto de Serviço Telefônico à comunidade de São Pedro dos Poloneses, oficiando-se neste sentido a TELEPAR, dando-se ciência deste ao Prefeito, Vice-Prefeito e Executivas do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Requerimento com o mesmo objetivo foi apresentado e aprovado pela Câmara de Dois Vizinhos, por proposta do Vereador Euclides Cagnini.

A Comunidade de São Pedro, já muito bem estruturada, necessita meios de comunicação que evitem deslocamentos às vezes onerosos. O telefone em áreas rurais hoje é necessidade premente. A TELEPAR satisfatoriamente tem atendido tais comunidades e nossa confiança nos investimentos neste setor faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO N° 425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a construção de duas creches na cidade de Dois Vizinhos, oficiando-se nesse sentido à Secretaria do Trabalho, Justiça e Ação Social e à Secretaria da Educação. Requer se dê ciência deste requerimento aos Vereadores, Prefeito, Vice e Executivas do PMDB, PSDB, PT e PDT, PFL e PDS de Dois Vizinhos, à Rádio Educadora, ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos Proprietários Rurais.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Participei da reunião da Comarca de Vereadores de Dois Vizinhos no dia 21.03.89, quando este assunto foi abordado. Na verdade o Projeto Galha Azul, deu prioridade para a construção do CCOS - Centro Comunitário de Obras Sociais. E ao ser feita a análise das prioridades, a construção de creches foi escolhida como segunda prioridade. Pois bem, o CCOS já está concluído. É hora de iniciar a segunda opção do Projeto Galha Azul. Além

disso, não mais é possível manter a cidade de Dois Vizinhos sem creches para atender inúmeras mulheres trabalhadoras. Só na "Sadia", trabalham mais de 30% dos seus empregados do sexo feminino.

REQUERIMENTO N° 413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, envio de telex ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal - PR, ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e ao Governador do Estado, solicitando que coloquem suas estruturas de fiscalização para proceder a verificação dos chassis dos caminhões paraguaios que transitam pelas rodovias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor ARY VELOSO QUEIROZ, Digníssimo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, solicitando gestões junto ao Senhor Superintendente da SUREHMA, Dr. ALBERTO BACCARIM, a fim de que invide esforços visando a instalação, com a brevidade que o caso requer, de um poço artesiano no Distrito de Alto do Amparo, no município de Tibagi.

A presente moção visa atender ao apelo formulado por aquela comunidade, através de suas lideranças políticas, para a adoção de medidas que venham, efetivamente concretizar seus anseios. O apelo em questão retrata a situação preocupante, senão aflitiva, dos moradores daquele Distrito, os quais, não obstante a maioria de suas moradias possuam um poço caseiro, em épocas de estiagem, mesmo que pouco duradouras, ficam sem a mínima condição de abastecimento, obrigando-se a recorrer outras fontes menos recomendáveis à saúde. E, este é, sem dúvida, um dos aspectos que deve ser seriamente levado em consideração, como fator preponderante a salvaguarda da saúde da população que, nestas condições, estará sujeita a toda sorte de riscos pela contaminação de águas insalubres, além de constituir-se medida de justiça àquela comunidade carente de Tibagi.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

REQUERIMENTO N° 415

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor 1º Secretário desta Casa, solicitando a doação de 01 (um) veículo, o qual será leilado à ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) VERA AGIBERT

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, declarada de Utilidade Pública Municipal sob Lei nº 6898 e de Utilidade Pública Estadual sob Lei nº 8414, é especializada no tratamento de doenças do sangue e câncer em crianças. Hoje, ela trata de um grande número de crianças vindas dos mais distantes pontos do país. São crianças que, independente de nível sócio econômico, recebem um tratamento moderno para combater a esse grande inimigo que é o câncer. Hoje com medicamentos especializados, o câncer é curável, todavia, o custo deste tratamento é alto, uma vez que a maioria dos remédios dependem de importação.

Como a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, parte do princípio de que a vida não tem preço e todas têm o mesmo direito de se salvarem, o suporte dos mais pobres representa uma missão economicamente difícil. Infelizmente, sem os medicamentos apropriados estas crianças não terão a chance de cura e de ter uma vida normal. É por isso que a Associação pede a sua colaboração. É simples colaborar!

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Fênix.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de

Leis.

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Goioerê.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário, e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Iretama.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda, principalmente.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sa-nitários daquela Secretaria, o município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios para-naenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das neces-sidades básicas da população, que é o sa-neamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitá-rias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposi-ção à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sa-nitários daquela Secretaria, o município de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios para-naenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das neces-sidades básicas da população, que é o sa-neamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitá-rias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposi-ção à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação

visando incluir no Programa de Módulos Sa-nitários daquela Secretaria, o município de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios para-naenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das neces-sidades básicas da população, que é o sa-neamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitá-rias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposi-ção à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sa-nitários daquela Secretaria, o município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 04.04.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios para-naenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das neces-sidades básicas da população, que é o sa-neamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitá-rias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposi-ção à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 436

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Exce-lentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sa-nitários daquela Secretaria, o município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de

grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Roncador.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Ubatuba.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

rias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Luisiana.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Juranda.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após manifestação do Plenário e em regime de urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da

Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando incluir no Programa de Módulos Sanitários daquela Secretaria, o município de Mariluz.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O referido Programa reveste-se de grande importância aos municípios paranaenses, face ao seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir uma das necessidades básicas da população, que é o saneamento.

Tal módulo destina-se ao uso coletivo, proporcionando melhores condições sanitárias, às famílias de baixa renda.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado, para a comunidade local, é que trago tal proposição à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 416

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, seja enviado expediente ao Diretor Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando estudos no sentido de serem dispensados os avais de proprietários rurais, nas operações de financiamentos concedidos às Cooperativas Agrícolas, através da rede bancária oficial, pois as mesmas, na defesa dos interesses dos seus agricultores cooperados vem enfrentando dificuldades para a concretização de financiamentos devido a exigência de aval em operações financeiras os quais em via de regra são efetuados por diretores das cooperativas, e isso causa sempre restrições aos créditos destes nas suas atividades particulares.

Por outro lado, sabemos que o cooperativismo é hoje um dos melhores meios para a organização de nossos agricultores com vistas a melhoria de nossa produção.

Do presente, requer se dê conhecimento a OCEPAR e aos Srs. ANTÔNIO LUIZ PRADO SIMÕES, Diretor Presidente da CANORP (Ibaiti-PR), e JOSÉ ARANTES PEREIRA, Diretor Presidente da COPLAC com sede em Santo Antônio da Platina-PR.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO N° 419

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Dr. ÁLVARO FERNANDES

DIAS, Digníssimo Governador do Estado, e ao Dr. HEINZ GEORG HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que seja construída uma "passarela" para pedestres na BR-369, com a Avenida Londrina, na cidade de Sarandi.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia BR-376, que liga o município de Maringá a Londrina, passando dentro do perímetro urbano da cidade de Sarandi, causando sérios transtornos para as pessoas que obrigatoriamente são obrigadas a atravessar a rodovia, inclusive causando grande perigo de vida para as crianças que freqüentam as escolas, deixando seus pais intranquillos e na dúvida de que possa acontecer algum acidente com seus filhos tanto na ida, quanto no retorno da escola, e referida passarela irá tranqüilizar essas famílias e levar um grande benefício a toda aquela população.

REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expedientes aos Excelentíssimos Senhores Dr. ÁLVARO FERNANDES DIAS, Digníssimo Governador do Estado, e ao Dr. DELCINO TAVARES DA SILVA, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, para que determine em caráter de urgência, os trabalhos de reforma do prédio onde funciona a Agência do INAMPS, localizado na Avenida Cidade de Leria nº 416, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

A situação em que se encontra o prédio onde funciona a Agência do INAMPS na cidade de Maringá, é de péssima condição de conservação, causando mal estar aos previdenciários que ali são atendidos, e com as mínimas condições de trabalho para os funcionários do órgão. A situação do prédio, é de conhecimento do Senhor Secretário da Saúde, desde a época em que ele era o Superintendente daquele órgão, no Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente.

Na forma regimental e após ouvido o egrégio Plenário, o Deputado que este subscreve, REQUER a transcrição em Ata dos trabalhos de hoje, do artigo intitulado "A Nota do Governador", de autoria do jornalista Roberto Barrozo Filho, publicado no "Jornal do Estado" no dia 04 de abril corrente, conforme segue:

"A NOTA DO GOVERNADOR

O sistema judiciário brasileiro, como em todo o mundo, prevê recursos a instâncias superiores, de decisões consideradas injustas ou atentatórias à lei, mas exige que a sentença ou o julgado seja respeitado até que o reexame do processo, em recurso, revogue-a, cace-a ou a modifique.

Se os advogados que considerassem prejudicados os seus constituintes por decisões judiciais tidas por eles como improcedentes ou imorais passassem a investir contra juizes e contra a magistratura, a Justiça perderia a sua magnitude e a sua dignidade.

Imaginem-se o advogado, na paixão da defesa do que considera o direito do seu representado, inconformado com a sentença que considera injusta, em vez de usar a tramitação processual que lhe permite provocar a revisão do ato, "toma-se de profunda indignação e a revela aos quatro-ventos".

Este é o comportamento confessado do Governador Álvaro Dias e exposto em sua infeliz Nota Oficial, publicada pelo Jornal do Estado e pelos jornais de domingo.

Acrescenta, ainda, o Governador, antecipando julgamentos:

"Alguns membros do Judiciário se encontram afastados de suas funções e até denunciados pelo Ministério Público, pela POSSÍVEL prática de irregularidades. Por isso afirmo que alguns usam toga mas deveriam usar uniformes de presidiários."

Quer o ilustre Governador que a Justiça, antes de julgar da procedência de denúncia contra os seus ilustres e dignos membros, faça com que os vistam com a roupagem listrada de condenados, que não lhes facultaria resguardar a sua honra, reconhecida numa admissível absolvição.

O caso do levantamento do depósito judiciário pertencente presumivelmente ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná - BADEP -, deve ser tratado pelo Governador no âmbito administrativo.

Deve ele questionar porque o BADEP não procurou proceder o levantamento de tão vultosa quantia; se esta, por direito, lhe cabia e porque o seu corpo de advogados não esteve atento aos trâmites processuais, que possibilitaram o saque tido como ilícito, dos milhões de dólares.

Embora não seja bacharel em direito, o Professor Álvaro Dias sabe que uma sentença, passada em julgado, tem força de lei, mesmo que dela resulte uma injustiça.

Caberia ao atingido ou aos atingidos, usarem dos recursos nos prazos e na forma legal.

Incentivar o desrespeito à Justiça, ultrajar os juizes, mostrando-lhes o caminho da penitenciária porque a decisão, ao seu ver, não atendeu aos ditames da ética e do direito, é ato ilícito, de desacato à

autoridade e de pregação subversiva à ordem jurídica.

Mais grave se torna esta prática quando parte do Chefe do Poder Executivo do Estado, responsável pela execução e pela segurança do cumprimento das decisões do Poder Judiciário.

Para um homem público que se apresenta ao país como postulante a candidato a Presidente da República, os princípios expostos pelo Governador constituem um perigo, levados ao âmbito das instituições nacionais.

Um Chefe da Nação que esteja imbuído desta diretriz, torna transparente, não a democracia, mas o autoritarismo do Executivo, interferindo, agressivamente, no funcionamento dos Tribunais Superiores que compõe a cúpula da Justiça brasileira.

Não foi feliz o Governador nos seus pronunciamentos. Foi mais infeliz ainda na sua Nota Oficial.

E será infeliz um país que tiver, na sua Chefia, quem não respeita, como inviolável, a dignidade da sua Justiça."

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, a matéria contida no Jornal O GLOBO, edição de 02 de abril de 1989, sob o título "CONVOCAÇÃO" de autoria de Roberto Marinho.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) JOSÉ FELINTO.

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal, em vigor, obedecendo as normas contidas no regimento interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER:

Seja inserido na ata dos Trabalhos da presente Sessão, a matéria jornalística editada em 02.04.89. do Jornal "Folha de Londrina", sob o título "ÁLVARO AMARGA ISOLAMENTO".

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos anais da Assembléia, do Artigo ÁLVARO AMARGA ISOLAMENTO, de autoria do jornalista Vanderlei Rebelo, publi-

cado no jornal Folha de Londrina, de 02 de abril do corrente ano.

Outrossim, informa que a referida matéria encontra-se em anexo.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Uma das características da Assembléia Legislativa do Paraná é registrar, com a maior fidelidade, os fatos políticos do Estado. O Artigo do ilustre Jornalista Vanderlei Rebelo, retrata com precisão o momento vivido pelos governantes. Desta maneira, e por si só, o artigo justifica sua transcrição nos Anais da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

Com a palavra o Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presiden-

te, Senhores Deputados, estou apresentando na sessão de hoje, um pedido de transcrição na Ata dos trabalhos do seguinte artigo publicado no "Jornal do Estado", pelo eminente jornalista Roberto Barroso Filho. Diz o artigo: (Iê):

"O sistema judiciário brasileiro, como em todo mundo, prevê recursos a instância superior, de decisões consideradas injustas ou atentatórias à lei, mas exige que a sentença ou o julgado seja respeitado até que o reexame do processo, em recurso, revogue-a, cace-a ou a modifique.

Se os advogados que considerassem prejudicados os seus constituintes por decisões judiciais tidas por eles como improcedentes ou imorais passassem a investir contra juízes e contra a magistratura, a Justiça perderia a sua magnitude e a sua dignidade.

Imagine-se o advogado, na paixão da defesa do que considera o direito do seu representado, inconformado com a sentença que considera injusta, em vez de usar a tramitação processual que lhe permite provocar a revisão do ato, "toma-se de profunda indignação e a revela aos quatro-ventos".

Este é o comportamento confessado do Governador Álvaro Dias e exposto em sua infeliz Nota Oficial, publicada pelo Jornal do Estado e pelos Jornais de domingo.

Acrescenta, ainda, o Governador, antecipando julgamentos:

"Alguns membros do Judiciário se encontram afastados de suas funções e até denunciados pelo Ministério Público, pela POSSÍVEL prática de irregularidades. Por isso afirmo que alguns usam toga mas deveriam usar uniformes de presidiários".

Quer o ilustre Governador que a Justiça, antes de julgar da procedência de de-

núncia contra os seus ilustres dignos membros, faça com que os revistam com a roupagem listrada de condenados, que não lhes facultaria resguardar a sua honra, reconhecida numa admissível absolvição.

O caso do levantamento do depósito judiciário pertencente presumivelmente ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná- BADEP, deve ser tratado pelo Governador no âmbito administrativo.

Deve ele questionar porque o BADEP não procurou proceder o levantamento de tão vultosa quantia; se esta, por direito, lhe cabia e porque o seu corpo de advogados não esteve atento aos trâmites processuais, que possibilitaram o saque tido como ilícito, dos milhões de dólares.

Embora não seja bacharel em direito, o Professor Álvaro Dias sabe que uma sentença, passada em julgado, tem força de lei, mesmo que dela resulte uma injustiça.

Caberia ao atingido ou aos atingidos, usarem dos recursos nos prazos e na forma legal.

Incentivar o desrespeito à Justiça, ultrajar os juizes, mostrando-lhes o caminho da penitenciária porque a decisão, ao seu ver, não atendeu aos ditames da ética e do direito, é ato ilícito, de desacato à autoridade e de pregação subversiva à ordem jurídica.

Mais grave se torna esta prática quando parte do Chefe do Poder Executivo do Estado, responsável pela execução e pela segurança do cumprimento das decisões do Poder Judiciário.

Para um homem público que se apresenta ao país como postulante a candidato a Presidência da República, os princípios expostos pelo Governador, constituem um perigo, levados ao âmbito das instituições nacionais.

Um Chefe da Nação que esteja imbuído desta diretriz, torna transparente, não a democracia, mas o autoritarismo do executivo, interferindo, agressivamente, no funcionamento dos Tribunais Superiores que compõe a cúpula da Justiça brasileira.

Não foi feliz o Governador nos seus pronunciamentos. Foi mais infeliz ainda na sua Nota Oficial.

E será infeliz um país que tiver, na sua Chefia quem não respeita, como inviolável, a dignidade da sua justiça".

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Dentro Pequeno Expediente concedo a palavra a Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. O que me traz à tribuna hoje é fazer algumas observações quando nesta confusão reinante no Brasil às vésperas de uma eleição presidencial, onde uma série de incertezas, dúvidas, confusões,

pairam em toda a comunidade, onde o Congresso Nacional, motivado por um Deputado de Minas, lançou uma proposta que se tornou uma realidade e foi porquanto homologada na nossa Constituição no que diz respeito ao direito de voto do menor, menor de 18 e maior de 16 anos.

Recentemente, a "Rede Globo" mostrava e exibia numa pesquisa de rua, consultando vários menores, perguntas feitas sobre o que era a eleição para Presidente, quantos turnos seria feita, em quem deveria votar e se ele tinha uma formação prévia a respeito. E a todos eu tive o capricho de contar: foram ouvidos 11 menores e nenhum deles soube responder plena, satisfatoriamente o que na realidade estava por acontecer. E foi em função disso que vim a esta tribuna, porque hoje pela manhã assisti a um trabalho maravilhoso da Secretária de Educação, Gilda Poli. Ela desenvolve uma campanha no Paraná, que mais uma vez sai a frente como um modelo nacional, para naturalmente salvaguardar essa insegurança dos menores no que diz respeito a formação do cidadão, a importância do voto, o direito do voto, o que quer dizer uma eleição em dois turnos.

Aquela Secretária já promoveu anteriormente um trabalho pró-constituinte e desta feita ela sai à frente numa campanha paranista, numa campanha no sentido de formar e fortalecer toda essa grande gama de menores que ainda continuam às escuras, sem conhecer a rigor o que realmente eles necessitam saber. Vejam vocês que são 160 mil menores, um colégio eleitoral extraordinário que se não bem aproveitado, bem orientado, as coisas podem ser conduzidas para uma situação ruim e os prejuízos serem indiscutivelmente ruins para todos nós. E eu queria nesta oportunidade que a Mesa registrasse, meu querido Presidente, para tornar público este pronunciamento a essa querida Secretária, pedindo à mesma que promova também, a exemplo dessa campanha paranista, uma campanha pró-drogas, orientação nas escolas, estabelecimentos de ensino deste querido Estado.

Ontem nós fizemos uma observação detalhada do que isso representa em prol dessa comunidade, a nível de Brasil e a nível de sociedade mundial, e ela poderia naturalmente se preocupar e desenvolver um trabalho nesse sentido, porque eu analisei aqui também e lamentei e aqui eu vou ratificar o pedido feito a esta Casa para que torne público àquela Secretaria a necessidade de retomar a fim de restaurar o acordo de cavalheiros que foi feito entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança, porquanto a Polícia Militar, no aproveitamento de um contingente para a segurança nos estabelecimentos de ensino, para salvaguardar a violência que grassa às portas dos

colégios. Lamentavelmente, por falta de recursos não foi aproveitado, foi prejudicado, foi portanto, indeferido.

E eu aqui faço então uma observação à Mesa para que registre àquela Casa a necessidade de rever, retomar, restaurar e, parabenizando a campanha que ela promove, para a formação desse grande colégio eleitoral de menores, promova também na escola uma preparação chamando técnicos especializados, e o Paraná possui a granel, para orientar os menores no que diz respeito ao combate às drogas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - A Mesa registra o seu pedido e tomará as devidas providências.

Dentro do Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulino Delazeri.

O SR. PAULINO DELAZERI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago a esta tribuna nesta tarde um assunto que considero da maior importância e que pode vir a contribuir para solucionar um dos graves problemas que o Paraná vive. E os Deputados que aqui têm assento, como paranaenses que são, sabem que o nosso Estado é a maior vítima dos furtos de veículos que são aqui promovidos e recambiados ao Paraguai. Estou propondo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um requerimento para que se envie telex ao Secretário da Segurança Pública, à Polícia Rodoviária Federal, à Polícia Federal - Seção do Paraná, e ao Governador do Estado, no sentido de que eles coloquem suas estruturas de fiscalização rodoviária à disposição para fiscalizar os veículos paraguaios que transitam pelas rodovias paranaenses.

Faço isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em função da atitude que tomou o juiz da comarca de Matelândia quando determinou que fosse apreendido um veículo, caminhão de uma determinada transportadora paraguaia, que aqui promoveu acidente e para reparo dos danos materiais, havia necessidade de se apreender esse veículo para futura indenização dos prejudicados. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o primeiro veículo apreendido pela polícia, quando verificado seu chassi, veio a constatação de que era um chassi adulterado e veículo roubado aqui no Brasil. O juiz novamente autorizou que se apreendesse um outro veículo para solucionar o problema que motivou a primeira autorização e também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o segundo veículo com chassi adulterado. Somente com a terceira apreensão do terceiro veículo é que conseguiu atingir o seu objetivo, que era deter um veículo para futura indenização dos prejuízos causados por aquela transportadora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não tenho dúvida que a proporção é exatamente essa: no mínimo 70% dos veículos que transitam pelas rodovias do Paraná e registrados no Paraguai, são veículos furtados aqui no Brasil, mas principalmente da frota rodoviária paranaense. E isto motivava-me a falar com o líder da Bancada do PMDB nesta Casa e pedir que além da Banca votar favoravelmente a este requerimento, envie esforços junto à Secretaria de Segurança e ao Governo do Estado no sentido de que o Governo e a Secretaria se empenhem para fiscalizar os chassis dos veículos que transitam no Paraná de registro paraguaio.

Eu não tenho dúvida, Senhor Presidente, Senhores Deputados que nós paranaenses, apreenderemos um grande número de veículos que aqui foram furtados, lá registrados com conivência das autoridades corruptas que estavam no poder, no Paraguai até poucos dias e ainda continuam no poder naquele País. Senhor Presidente, Senhores Deputados este Parlamento pode dar grande contribuição à comunidade paranaense, principalmente às vítimas dos furtos de veículos. Por isso peço o apoio dos Senhores Parlamentares para este requerimento e que, internamente, a Polícia Rodoviária, a Federal, o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública promova essa fiscalização: sem alarde, sem muito barulho, mas sim, durante toda a safra da soja paraguaia que vai por mais 60 dias e que terá necessidade de transportá-la, aqui no Paraná, se consiga apreender parte do fruto do roubo promovido e legalizado no Paraguai.

Era isto, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Alves, também no Pequeno Expediente.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

Ainda no domingo, quando nós apresentávamos o programa de rádio, na "Rádio Cultura em Maringá", nós recebíamos dezenas de pessoas que se manifestavam, no seu descontentamento com o selo-pedágio, cobrado nas estradas federais do nosso País e ali os motoristas, proprietários de veículos irritados com essa medida do Governo Federal.

Passamos a analisar que hoje um proprietário de um veículo já paga o IPI no ato da compra do seu carro, depois vem o IPVA, seguro obrigatório e demais impostos. Fomos também enganados pelo Governo Federal com o compulsório da gasolina que prometeu devolver e até hoje, infelizmente, nunca recebi compulsório de gasolina nenhuma. E agora, o Governo Federal cria o

selo-pedágio.

Por exemplo, na rodovia que liga Maringá a Paranavaí, temos ali setenta e cinco km. de péssima estrada.

Graças ao Governador Álvaro Dias que fez um recapeamento até a cidade de Castelo Branco. Dali para lá passa por Nova Esperança, Alto Paraná e Paranavaí, uma estrada esburacada trazendo perigo aos motoristas e ninguém toma providência. A estrada encontra-se em péssimas condições de trânsito. Portanto, o nosso descontentamento também como Deputado Estadual de ver assim o povo brasileiro, os proprietários de veículos sendo mais uma vez enganados, porque o Governo Federal, que já tem os seus impostos para cuidar das rodovias federais do País, agora inventa e cria o selo pedágio, mais um afronto aos motoristas, aos proprietários de carros, de veículos do nosso País.

É lamentável que o Governo crie essa medida. Por quê? Porque não pôde subir o preço da gasolina que está congelado, então cria o selo-pedágio. De qualquer maneira, está metendo a mão no bolso do brasileiro e está tirando dinheiro do pobre trabalhador que tem o seu carrinho para ir ao trabalho e viajar com a sua família.

É lamentável essa medida, mas infelizmente o brasileiro está pagando o selo-pedágio. Não aumentou a gasolina, mas criou pedágio para, de qualquer maneira, tirar dinheiro do bolso do brasileiro que já tem sofrido com esse Governo que nunca pensou no povo brasileiro e só em si.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Ainda dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Venho a esta tribuna no dia de hoje, porque nós estamos votando, de uma forma conturbada, não entendida por muitos Parlamentares, o Projeto de Lei nº 59/89, que autoriza o Poder Executivo à contratação eventual e por tempo determinado, de servidores ao serviço público.

Eu acredito, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que à primeira mão, gera-se a impressão de que o Estado esteja pedindo a esta Casa uma autorização para burlar a Lei no que diz respeito à contratação de servidores públicos, sem o devido concurso. No entanto, é importante para nós Parlamentares de todos os Partidos, a avaliação exata das razões que levam o Executivo Estadual neste instante e muitos Executivos de muitos Partidos já estarem com projetos prontos para serem aprovados pelas Câmaras Municipais de Vereadores pa-

ra o desempenho da função executiva do Município.

Senão, vejamos: a partir do momento que a Constituição Federal proíbe a contratação de servidor público sem concurso e que isso venha a se constituir em uma norma geral e intransponível para todo o serviço público, nós vamos amarrar tanto a administração pública do Estado quanto às administrações públicas dos municípios a conceitos estritamente fechados em prejuízo ao próprio serviço administrativo para o Estado e para os Municípios.

É de competência da Assembléia Legislativa a autorização dessa Lei em que pede ao Executivo do Paraná, e não ao Governador Álvaro Dias, ao Governo do PMDB; mas ao Estado do Paraná a possibilidade de contratação por tempo determinado como coloca muito bem o próprio Projeto de Lei na tentativa de suprir determinadas necessidades urgentes do serviço público.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Vamos analisar alguns aspectos. Digamos que num Município qualquer se construa uma escola, lá no interior, e esta escola para entrar em funcionamento depende de um zelador, e não há zelador naquelas localidades disponível - e não se pode manter a escola sem zelador, como faz o Estado para colocar esse serviço essencial até o instante em que ele possa fazer uma tomada geral para concurso de zeladores para suprir aquela vaga?

Outro exemplo: nós estamos vivendo agora, neste exato momento, um surto na Região de Foz do Iguaçu, onde necessita-se da presença da Secretaria da Saúde, somando junto com os órgãos federais para combater o mosquito transmissor da doença; mas se não há contratações, e se não há no âmbito dos concursados e efetivos do Estado, pessoas disponíveis para atacar esta emergência, fica o Estado impossibilitado de poder contratar o serviço, por tempo determinado, de algumas pessoas.

Quando conversava com o Secretário Mário Pereira e ele nos colocava um exemplo típico aqui, no Litoral. O DER, bem ou mal, é quem explora as barcas de passagem para Guaratuba. Todos sabemos, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que na época de temporada as barcas de Guaratuba passam 24 horas por dia dobrando três turnos de trabalhadores - trabalhadores simples, trabalhadores que ficam apenas para cuidar da entrada e saída de veículos. Se o Estado não tiver um instrumento capaz de poder contratar por tempo determinado, na emergência, trabalhadores, nós vamos cair na necessidade de que o Estado faça um concurso público para trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Um minuto para concluir.

O SR. CAÍTO QUINTANA ... durante três meses e nos outros restantes, os outros nove meses do ano, esses funcionários continuam ganhando do serviço público sem ter o que fazer porque o movimento das barcas diminui.

Então, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, acho que a Assembléia Legislativa como as Câmaras de Vereadores de muitos prefeitos de outros Partidos precisarão avaliar com cautela e aprovar a possibilidade amarrada na Lei de que em determinados momentos o Poder Executivo possa fazer uma contratação por tempo determinado para o bem do serviço público sem que isso venha caracterizar a permanência ou o cabide de emprego.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Encerrado os oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passamos para o Grande Expediente.

Inscrito o Deputado Nereu Massignan, e eu concedo a palavra a Sua Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, eu nem comecei a falar e já tenho 12 segundos registrados.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Vamos começar zerado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado a Vossa Excelência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ontem sentimos que o nosso requerimento, apresentado para ser transcrito nos Anais desta Casa, a ação popular que impetramos, no sentido de se evitar a promoção pessoal do Senhor Governador, fatalmente será rejeitado pela Bancada do PMDB. Razão porque, e sem retirar o requerimento, que será votado posteriormente, uso do Grande Expediente para fazer a leitura desta ação popular.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DA CAPITAL.

"A defesa da ordem jurídica, é sobretudo, um dever de cidadania: a mística da lei e a fidelidade ao interesse público são a essência mesma da sociedade livre e moralizada. O culto à liberdade não se coaduna com a tolerância do arbítrio ou o aceno à violência". (Caio Tácito).

Nereu Carlos Massignan, brasileiro, casado, deputado estadual, residente e domiciliado nesta Capital, à Rua Ernesto Araújo, nº 170, portador do R.G. nº 1.016.980-1/Pr, e inscrito no CPF sob nº 014.626.109-78, e portador do Título de

Eleitor nº 29960980639, Zona 115, Seção 9, do Estado do Paraná, por seu procurador judicial (instrumento de mandato incluso) adiante assinado, com escritório profissional à Rua Cândido Leão, nº 45, 10º andar, conjunto nº 1005, nesta Capital, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos Artigos 5º LXXIII e 37, "Caput" e § 1º, da Constituição Federal, e na Lei nº 4717/65, propor

AÇÃO POPULAR

contra o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, no Palácio Iguazu, Centro Cívico; e contra o ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela Procuradoria Geral do Estado, com sede nesta Capital, à Rua Marechal Hermes, s/nº, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I- DOS FATOS

1. Usando de expediente comum a muitas administrações, em especial àquelas que pretendem ser consideradas populares, o Excelentíssimo Governador do Estado do Paraná, aproveitando-se do cargo que ocupa, vem divulgando os feitos de sua gestão das mais variadas formas, muitas das quais inconstitucionais. Isto vem ocorrendo basicamente de duas maneiras em especial:

a) colocação de placas e cartazes indicativos da atual gestão estadual:

b) veiculação de propagandas publicitárias nos meios de comunicação, notadamente na televisão.

2. As placas são confeccionadas em modelo padrão - com três faixas, sendo uma branca e outra azul largas, separadas por uma vermelha mais fina - contendo a expressão "GOVERNO ÁLVARO DIAS", o símbolo característico de sua administração e referência a obra empreendida.

Estes fatos, além de notórios, podem ser facilmente comprovados através das fotografias e dos documentos anexos (Docs. 01 a 30), "v.g.". a matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná", pág. 08, do dia 23 de fevereiro pretérito, onde noticia-se a inauguração, no dia 21 do mesmo mês, do asfaltamento da PR-506 e da PR 415, com descerramento das respectivas placas.

Na televisão é flagrante a propaganda promocional à pessoa do Excelentíssimo Governador, sendo divulgados com frequência vários reclames publicitários de obras do Governo do Estado. Estes anúncios foram

veiculados em diversos horários, datas e canais, como por exemplo:

- no dia 01.02.89, às 23:38 hs. no canal 12;
- no dia 14.02.89, às 18:44 hs. no canal 12;
- no dia 17.02.89, às 21:45 hs. no canal 12;
- no dia 17.02.89, às 20:30 hs. no canal 12;
- no dia 18.02.89, às 20:18 hs. no canal 12;
- no dia 22.02.89, às 20:30 hs. no canal 12;
- no dia 24.02.89, às 18:43 hs. no canal 12;
- no dia 25.02.89, às 19:28 hs. no canal 12;
- no dia 27.02.89, às 18:55 hs. no canal 12;
- no dia 28.02.89, às 19:42 hs. no canal 12;
- no dia 28.02.89, às 20:00 hs. no canal 12;
- no dia 01.03.89, às 20:13 hs. no canal 12;
- no dia 01.03.89, às 22:25 hs. no canal 12;
- no dia 01.03.89, às 22:32 hs. no canal 12;
- no dia 02.03.89, às 20:15 hs. no canal 12;
- no dia 05.03.89, às 21:20 hs. no canal 12;
- no dia 07.03.89, às 20:15 hs. no canal 12;
- no dia 07.03.89, às 20:30 hs. no canal 12;
- no dia 11.03.89, às 20:30 hs. no canal 12;
- no dia 14.03.89, às 20:32 hs. no canal 12;
- no dia 15.03.89, às 22:25 hs. no canal 12;

Tais propagandas foram divulgadas, também, em outros horários e datadas, em todos os demais canais de televisão desta Capital.

"Basta enxergar, ouvir e ler para que sejam constatados os exageros da propaganda oficial. Verdadeiro culto ao personalismo" (in Jornal da Constituinte, pág. 02, em 25 de abril de 1988 - doc. 31). Não obstante a notoriedade dos fatos, anexamos uma fita de vídeo-cassete, onde constam alguns exemplos da publicidade estatal, já que a totalidade é impossível, face a imensa quantidade.

Os reclamos veiculados na televisão referem-se, "v.g.", ao "PROJETO MUTIRÃO", ao "CLIC RURAL" e "CLIC URBANO", "PARANÁ RURAL", "VOLTA DA CITRICULTURA AO PARANÁ", "VISITA DO GOVERNADOR ÀS OBRAS DA USINA DE SALTO SEGREDO", "CONTRA A CORRUPÇÃO", "etcetera".

No anúncio do "PROJETO MUTIRÃO" observa-se:

- uma das placas de obras com o símbolo e as cores característicos da atual administração e a expressão "GOVERNO ÁLVARO DIAS",
- a figura o Excelentíssimo Governador;
- a expressão característica "TEIO PARA QUEM PRECISA";
- um "jingle" característico.

No reclame publicitário "CLIC RURAL E CLIC URBANO", desenvolvido com rara sofisticação tecnológica, nota-se:

- o Sr. Governador discursando;
- o Sr. Governador ligando uma chave de luz;
- uma faixa com os dizeres: "OBRIGADO GOVERNADOR";
- a expressão: "A FORÇA DO NOVO PARANÁ";
- o mesmo "jingle"

Na propaganda "PARANÁ RURAL" (IRRIGAÇÃO) observa-se:

- O Excelentíssimo Governador assinando um contrato de mútuo com o banco Mundial, no valor de U\$ 63.000.000,00;
- o Governador discursando;
- e, ao final da propaganda, o Senhor Governador fala por mais de 1 (um) minuto.
- o "jingle" (hino) dos reclames estatais.

No anúncio "VISITA DO GOVERNADOR ÀS OBRAS DA USINA DE SALTO SEGREDO" nota-se:

- a todo momento, uma das famosas placas do Governo do Estado;
- o locutor, a todo instante, mencionando os feitos do Senhor Governador;
- aparece o Governador falando por mais de 30 (trinta) segundos;
- o "jingle" padrão.

No anúncio "Paraná Rural", (asfaltamento) nota-se:

- as placas indicativas das obras, com os símbolos da "Administração Álvaro Dias";
- o próprio Governador;
- o Senhor Governador falando;
- o "jingle" oficial.

No comercial "A VOLTA DA CITRICULTURA AO PARANÁ" observa-se:

- o Senhor Governador assinando convênio com o IAPAR/CAFE DO PARANÁ;
- o narrador falando "o Governador presidiu o convênio...";
- as já famosas placas promocionais;
- a expressão "PARANÁ DIA A DIA";
- o mesmo "jingle" de sempre.

No reclame "VISITA DO GOVERNADOR AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA" nota-se:

- o próprio Governador;
- um jornal com o rosto do Governador, "na luta contra os corruptos";
- a expressão "Austeridade e moralidade, este é o caminho do novo Paraná";

- as placas e o "jingle" característico

4 - Nota-se, sem muita dificuldade, que tais propagandas (quer em placas, quer em símbolos, quer na televisão) não tem qualquer caráter educativo, informativo ou de orientação social. Estes reclames visam, obviamente, promover a imagem pessoal do Excelentíssimo Governador do Estado, com indisfarçável propósito político-eleitoral.

II - DA NORMA CONSTITUCIONAL A RESPEITO

1 - Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte despertou-se para o problema das propagandas oficiais, as quais vinham sendo usadas distorcidamente. "Em todos os níveis, e sem nenhuma parci-mônia, os responsáveis pelos executivos federal, estaduais e municipais resolveram trocar a necessidade de uma boa administração por um bom e eficiente Projeto Publicitário. Propaganda personalista, sem nenhum retorno social e educativo". (JORNAL DA CONSTITUINTE, 25 de abril de 1988, pág. 02, doc. 31). Tais publicidades gastavam verdadeiras fortunas, consumindo os orçamentos governamentais, e desviando o dinheiro dos contribuintes para promover as pessoas dos governantes. Quem não se lembra das propagandas do ex-Governador mineiro Hélio Garcia, veiculadas na televisão aqui no Paraná? Ou da expressão "TU-DO PELO SOCIAL"?

2 - Desta preocupação resultou a apresentação da Emenda n. 2P01580-8, de iniciativa do Deputado Airton Cordeiro (PR), que teve a seguinte justificativa:

"tem-se observado que inúmeros governantes no âmbito do Poder Executivo, aos níveis Federal, Estadual e Municipal, valem-se da divulgação de atos oficiais, realização de obras e serviços para personalizar e promover autoridades, fugindo ao objetivo principal da publicidade oficial, que é o de manter a população bem informada, transformando-a em mera propaganda com objetivos pessoais e eleitorais.

É justo e necessário que os órgãos públicos, em qualquer âmbito ou nível, tenham seus programas e estruturas de divulgação, não só para orientação e a educação informal das comunidades, como para dar permanente ciência da correta aplicação dos recursos públicos, além da prestação de contas obrigada por lei. Entretanto, valendo-se de inúmeros subterfúgios, muitos governantes têm utilizado recursos orçamentários desmesurados para verdadeiros programas de culto à personalidade, que dão origem, inclusive aos desvio de recursos e à corrupção."

(Plenário da Constituinte, 13 de janeiro de 1988).

- (cópia em anexo - Doc. 32).

3 - Tal proposta recebeu outras emendas, resultando uma fusão de emendas, que quando votada em Plenário obteve um resultado significativo: 403 votos SIM, 05 votos NÃO 15 abstenções, além de receber o voto favorável de TODAS as lideranças partidárias. Este resultado demonstrou a revolta de toda a população, refletida pelos Constituintes, contra os abusos publicitários que vinham (e infelizmente ainda vêm) ocorrendo. (Cópia da votação em anexo - Doc. 33).

A proposta resultou no artigo 37 "caput" e § 1º da atual Constituição Federal, que apresenta o seguinte teor:

"Art. 37 - A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, o seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Concedo o aparte do Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Agradeço a Vossa Excelência e gostaria, Deputado Nereu de tecer algumas colocações, com relação ao posicionamento de Vossa Excelência hoje, contra o Governador Álvaro Dias.

Lembro quando Vossa Excelência pertencia aqui ao grupo da Bancada do PMDB, quantas e quantas vezes Vossa Excelência elogiou, através desta tribuna, através dos microfones dos Deputados, o comportamento do Governador Álvaro Dias.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Jamais elogiei as publicidades que se fazia na época, fatos do Governo que eu elogiei eu mantenho.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Com o decorrer do tempo, se Vossa Excelência me permite esclarecer, porque Vossa Excelência concedeu-me o aparte. Com o decorrer do tempo Vossa Excelência mudou a sua sigla partidária e quando Vossa Excelência saiu desta sigla do PMDB e foi para o PSDB, Vossa Excelência já foi comprometido com o futuro candidato a Presidente da República do PSDB.

Hoje, Vossa Excelência há de reconhecer que o nome do Governador do Paraná, Álvaro Dias, é um nome a nível Nacional, dispondo para ser um postulante da Pre-

sidência da República e Vossa Excelência, evidentemente, já preocupado com esta posição que austenta o Governador Álvaro Dias, a nível Nacional, procura denegrir a imagem do Governador Álvaro Dias.

Vossa Excelência, deu-me a impressão neste momento, que é contra a imprensa do Paraná, Vossa Excelência está criticando os canais de televisão, as emissoras de rádio, imprensa escrita, quando ela está também na missão de divulgar aquilo que o Governo faz para o povo do Paraná. Vossa Excelência, Deputado, está sendo infeliz em criticar o Governador com relação a isso e eu vou lhe dizer por quê: Vossa Excelência critica porque o Governador está gastando dinheiro para divulgar os assuntos de interesse do Paraná, mas Vossa Excelência esqueceu de um detalhe, ilustre Deputado, Vossa Excelência estava usando até ontem o adesivo do PSDB no carro oficial que serve Vossa Excelência neste poder Legislativo, isto pode, Vossa Excelência pode ter um decalque do PSDB num carro oficial? Vossa Excelência lamentavelmente está caindo em contradição, ilustre Deputado, mas nós daremos tempo ao tempo, evidentemente Vossa Excelência, que é bacharel, conhece os caminhos da lei e nós aprovaremos aqui inclusive um requerimento já solicitado, o quanto gasta o Governador Álvaro Dias nas propagandas do seu Governo, e a população do Paraná e Vossa Excelência terá oportunidade de apreciar isso.

Eu agradeço o aparte.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado a Vossa Excelência.

Ilustre Deputado, na questão da mudança de sigla já dei as minhas explicações públicas, eu saí do PMDB não por que eu estava comprometido com o Senador Mário Covas, que pode ser o nosso candidato a Presidente, já que teremos prévias para a escolha do nosso candidato, prévias que é norma dentro do nosso estatuto, prévias que nós vamos cumprir como instrumento democrático e não como propaganda política como faz o Governador Álvaro Dias, que agora exige prévias do PMDB para escolher o candidato a Presidente da República ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas é o desejo do Governador Álvaro Dias fazer as prévias.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Permita-me responder, eu lhe ouvi com atenção nobre Deputado, permita-me lhe responder. Vossa Excelência não quer ouvir a verdade das prévias, ouça a verdade das prévias do Governador Álvaro Dias ... Senhor Presidente, eu solicito que me ... (Tumulto) ... assegure a palavra.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) A palavra está assegurada a Vossa Excelência, o Deputado Nereu Carlos Massignan está com a palavra.

Pela ordem com a palavra o Deputado Haroldo Ferreira.

O Sr. Haroldo Rodrigues Ferreira - Eu solicito que a Mesa garanta a palavra ao nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) A Mesa está garantindo a palavra para o Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Obrigado. O Governador Álvaro Dias veio com esta conversa de prévias do PMDB agora que ele é candidato a Presidente da República, mas no tempo que eu estava no PMDB e que nós aprovamos as prévias no diretório regional e foi feita e aquelas prévias deram 72% de 4 anos ao Presidente Sarney, o Governador desrespeitou-as. Então, Vossa Excelência não tem autoridade como componente do PMDB e endoçador dos 5 anos do Sarney de me cobrar comportamento em relação ao PSDB. Em segundo lugar ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permita-me um aparte nobre Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu ouvi Vossa Excelência com atenção e respeito.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) A Mesa solicita ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato que só intervenha quando o orador assim o permitir, concedendo-lhe a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu não tenho como negar um pedido desta Presidência

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ... Está respondido, então, quando Vossa Excelência fala que o candidato a Presidente, Governador Álvaro Dias, tem o objetivo de prejudicá-lo.

A questão da crítica à imprensa Vossa Excelência não ouviu o que eu li aqui. Vossa Excelência precisa ler a Constituição. A Constituição proíbe, isto sim, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterize promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A minha rebeldia é contra isso, não é contra a publicidade. A publicidade é meio de trabalho hoje neste País e todos devem trabalhar; jamais disse uma frase contra a

Imprensa. O que se quer aqui é adequar, é fazer com que este Governador saia do curral em que ele está metido, de autoritarismo, de embelezamento da sua imagem na televisão e entre pela estrada democrática da Constituição, meu caro Companheiro.

Não há crítica à imprensa, em absoluto. E os empresários deste setor, os jornalistas que cobrem a Assembléia não só estes aqui, mas, os jornalistas como um todo, ao ler este documento verão que aqui não há uma mínima crítica à ação da imprensa neste País.

O Dr. Dirceu Manfrinato - Pode estar certo no documento mas, Vossa Excelência ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ... Concedo o aparte pela ordem ao Ilustre Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Prezado Deputado Nereu Carlos Massignan. Vossa Excelência ao dar conhecimento a esta Casa e a todos nós dos termos da Ação Popular que Vossa Excelência promove e promoveu contra os atos, que considero da mesma forma que Vossa Excelência, inconstitucionais e ilegais, que são exagero da publicidade do Governo do Estado para promoção do Senhor Álvaro Dias.

Eu acho válido e meritório, plausível, o fato do Governador do Estado pleitear, disputar, lutar pelo seu espaço na convenção nacional do seu partido nesses dias, nesse período de véspera de convenção de lançamento do candidato a Presidente do seu Partido. Acho louvável, elogiável, repito, é o papel de liderança que assume, e acho até oportuno. Agora o que não podemos, nós de oposição, Vossa Excelência tomou a iniciativa brilhante, no sagrado dever constitucional, na função maior desta Casa de fiscalização dos atos do Poder Executivo, Vossa Excelência bem, porque não se pode ouvir calado, assistir calado, à publicidade que se faz de promoção da pessoa, até do endeusamento do Senhor Governador do Estado para se conseguir ibopes fora do Estado.

Portanto ... o aparte que peço a Vossa Excelência neste instante é para parabenizá-lo. Faz Vossa Excelência, toma Vossa Excelência, a atitude digna ...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado Excelência... e representando a Oposição que exerce nesta Casa com muita competência.

Vossa Excelência como é egresso do PMDB e de boa memória lembrou bem que não só o Governador Álvaro Dias, mas, o PMDB do Paraná, na sua grande maioria, não atendeu a decisão dos seus companheiros consultados quanto ao mandato que devia

ser do Presidente da República também do PMDB, quando o Paraná inteiro, numa iniciativa, até me parece, do Deputado Maurício Fruet, então Presidente do PMDB, consultou o Paraná de Norte a Sul e os peemedebistas das bases responderam que era quatro anos e a maioria do PMDB no Congresso Nacional e o Senhor Governador trabalharam e conseguiram cinco anos.

Portanto, apenas para elogiar inclusive a memória de Vossa Excelência, mas a atitude que toma nessa Ação que Vossa Excelência assume isoladamente até popular que faz contra os gastos exagerados e não contra os órgãos de imprensa do Estado e Vossa Excelência coloca muito bem, cumpre Vossa Excelência o papel legítimo de legislador, fiscal dos atos do Executivo, tão necessários agora.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, que vem contribuir e enriquecer este debate aqui na Assembléia hoje, nesta tarde.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, nós do PDC queremos cumprimentá-lo e ficamos solidários com a atitude tomada por Vossa Excelência, promovendo essa Ação Popular, que eu acho das mais oportunas.

Quero inclusive fazer um reparo ouvindo o primeiro aparte do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato a Vossa Excelência: Ele dizia que o nobre Deputado fazia hoje um pronunciamento contra o Governador Álvaro Dias, para depois tecer outras críticas relativas ao PMDB do passado, mas não vejo o pronunciamento de Vossa Excelência contrário ao Governador, eu acho que o pronunciamento de Vossa Excelência e a nossa solidariedade também está neste ponto, é de que o seu discurso é em favor do respeito à Constituição do Brasil, este eu acho que é o ponto principal do pronunciamento e da atitude tomada por Vossa Excelência, perante a justiça paranaense, fazer respeitar aquilo que foi aprovado pelo Congresso Nacional há muito pouco tempo.

A respeito de prévias, eu também pertenci ao PMDB, embora tenha me retirado daquele Partido sem mágoa nenhuma e já há bastante tempo, o Deputado Manfrinato também não tem razões a respeito de prévias, como bem lembrou o Deputado Basílio Zanusso, mas vamos avivar um pouco a memória. No auge dos debates, quando as bases do PMDB do Paraná já haviam se manifestado pelos quatro anos, o Governador fez um jogo de cena em Palácio, procurando esconder a sua verdadeira posição, até que num belo dia surgiu uma entrevista do Deputado Sérgio Spada, deve ter fugido ao controle go-

vernamental, em que aquele ilustre Deputado pela região de Foz, dizia que na verdade ele havia mudado a opinião dele de quatro para cinco, porque estava atendendo um pedido do Governador Álvaro Dias.

Portanto, acho que não há no Paraná, por parte do Governador, qualquer respeito às prévias, é uma medida demagógica para obter acesso ao noticiário nacional. Tanto quanto o Deputado Basílio Zarusso, acho importante que ele dispute a convenção do PMDB, afinal é um destaque para o Paraná, mas que não se utilize do nosso Estado e do dinheiro do nosso povo, para fazer promoção absolutamente pessoal, denegrindo inclusive num certo aspecto as tradições mais caras da política paranaense que tem entre os seus grandes representantes do passado o ilustre ex-Governador e grande estadista Bento Munhoz da Rocha Neto e também não vi, em nenhum momento de Vossa Excelência em seu pronunciamento e na ação popular qualquer crítica à imprensa do Paraná.

A imprensa do Paraná não merece críticas, eu ontem abordei o assunto. Eu acho que a imprensa do Paraná, quer a de televisão de jornal ou de rádio ela é mais vítima do que beneficiada pelo Governo, porque sofre pressões que todos sabemos são insuperáveis.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, a sua valiosa contribuição, em especial a solidariedade que Vossa Excelência presta a mim neste momento.

Concedo o aparte ao Deputado Valderi Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, da mesma forma a nossa Bancada, a bancada do PDT já vem travando ao longo desse período legislativo os debates a respeito da matéria que Vossa Excelência aborda no dia de hoje.

Nós sabemos, nobre Deputado, que aqui no Paraná, talvez eu não conheça a situação dos outros Governadores, deste nosso Brasil afora, mas aqui no Paraná a Constituição Federal não é nunca respeitada por Sua Excelência o Governador Álvaro Dias e eu vou dizer porquê.

Em ocasião que nós discutimos a retirada da autonomia administrativa e financeira das universidades, nós trouxemos ao debate nesta Casa de Leis, uma lei federal, nobre Deputado, que estabelecia a competência do Governo da União, a própria Constituição previa tal fato, portanto a lei era inconstitucional e o que aconteceu? Aconteceu que ela foi aprovada e está aí vigorando ao arrepio da Constituição Federal.

Um outro caso, nós sabemos, um pouco mais recente, vou citar apenas alguns casos de descumprimento da Constituição Federal. No caso do projeto de lei oriundo do Poder Judiciário aonde a competência, o poder de iniciativa é um fato consagrado pela nossa Constituição e o que fez o nosso Poder Executivo Paranaense? Ele simplesmente enviou correndo uma Mensagem que foi aprovada. E o que aconteceu? O Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte de Justiça deste país concedeu liminar. Agora, nobre Deputado, desta liminar que contrariou ...

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)

Esta Presidência consulta Vossa Excelência se fará uso do Horário do PSDB, que é agora no horário regimental.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Perfeitamente. Obrigado a Vossa Excelência.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Essa liminar, nobre Deputado, que contrariou a vontade dos Deputados e do Governador do PMDB não foi divulgada. Veja bem, dizia ontem um Deputado, se não me engano o nobre Deputado Edmar Luiz Costa, que no Governo do Ceará a Oposição tem espaço. No Paraná, desde o dia que chegamos aqui a Oposição não tem espaço. O espaço que a Oposição conquista é com muito trabalho, mas com muito trabalho mesmo e cadê a divulgação dessa liminar concedida ao Poder Judiciário do Paraná, fazendo com que prevalecesse a vontade da Lei Maior, da Carta Maior?

Outra vez nós tivemos e levantamos uma questão de ordem quando foi apreciado o veto aos 39% do funcionalismo público do Paraná. O que aconteceu? O veto é totalmente inconstitucional. Ele contraria e contrariou flagrantemente o parágrafo 2º do Artigo 66 da Constituição Federal. E o que aconteceu? Foi mantido o projeto original ao arrepio da Constituição Federal.

Agora, nobre Deputado, o que é mais sério até um Governo que não tem mais credibilidade, que não tem mais popularidade, até um Governo que já não tem mais por que aparecer perante o povo que é Sua Excelência o Presidente José Sarney do PMDB, não aparece mais nos comerciais de televisão do Governo Federal. O Governo Federal vem cumprindo a Constituição e o que faz o nosso Governador? Continua infringindo a Constituição Federal.

Vossa Excelência e o seu partido estão de parabéns pela posição adotada e eu tenho certeza que se os Deputados Estaduais do Paraná, os Deputados Federais que representam o Paraná em Brasília mudarem o seu posicionamento, começarem a recorrer ao Judiciário, que é o nosso meio de re-

curso, muita coisa vai ser respeitada, a respeito da lei neste Paraná. Eu tenho certeza.

Parabenizo Vossa Excelência pela posição adotada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado, nobre Líder do PDT. Vossa Excelência sempre contribuiu com o seu aprofundado conhecimento constitucional e sua excelente memória, lembrando fatos que vêm comprovar toda a ação do Governo nas questões que envolvem a Constituição e a Assembléia Legislativa.

O ilustre Deputado Pedro Tonelli ao que me consta está ausente, não está presente! Eu voltarei à minha leitura da Ação Popular. (Lê): - "A lei, norma geral e abstrata, depois de aprovada pelo Poder Legislativo passa a ter força obrigatória, impondo-se sua obediência indistintamente aos súditos e ao próprio Estado. O estado de direito é aquele que vive sob o império da lei. É aquele em que a lei impõe-se igualmente para todos, especialmente para os administradores. Se ao Estado cabe zelar pelo cumprimento da lei, deve ser ele o primeiro a respeitá-la. A legalidade do ato administrativo é a condição primeira para a sua validade e eficácia. Nos Estados de Direito como o nosso não há lugar para o arbítrio, a prepotência, o acúmulo de poder. A administração pública está tão sujeita ao império da lei como qualquer particular porque o Direito é a medida padrão pela qual se aferem os poderes do Estado e os direitos do cidadão" (Ely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 10. edição, página 604, Edição Revista dos Tribunais, 1984).

"A Lei, como expressão da vontade coletiva, incide tanto sobre os indivíduos como as autoridades públicas - no caso aqui o Governador. A liberdade administrativa cessa onde principia a vinculação legal. O Executivo opera dentro dos limites traçados pelo Legislativo, sob a vigilância do Judiciário" (Caio TÁCITO, Direito Administrativo, página 1, edição Saraiva, 1975).

Ora, no caso em tela, o Excelentíssimo Governador nada mais fez do que desrespeitar frontalmente a maior expressão da Lei: a Constituição Federal. Não tomou conhecimento o Senhor Governador da vedação constante no art. 37, caput, e § 1º, continuando com a campanha publicitária estatal de cunho nitidamente promocional à sua pessoa. No art. 37, caput, está claro que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

No dizer do saudoso mestre De Plácido e Silva, paranaense, autor do Dicionário Jurídico, "impessoal", derivado do latim

"impersonalis". Antes de ler o conceito de De Plácido e Silva, com muita satisfação eu concedo o aparte ao ilustre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior) Esta Presidência gostaria de comunicar a Vossa Excelência que o seu tempo regimental está esgotado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço esta oportunidade, nobre Líder do PSDB. Reconheço o tempo e eu vou fazer uso do PT onde vou fazer menção ao vosso belo pronunciamento de hoje.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu peço desculpas a Vossa Excelência pela minha omissão em me conceder o tempo e eu não observei que já estava esgotado.

Como não terminei a leitura, Senhor Presidente, eu me inscrevo no Grande Expediente de amanhã para prosseguir a leitura deste documento se não houver outro na frente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior) - Esta Presidência defere.

Dentro do Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Ocupamos hoje o Horário da Liderança do PDT a fim de trazer ao conhecimento desta Casa para que se registre nos Anais a matéria publicada na "Folha de Londrina", no dia 02.04.89, escrita pelo jornalista Vanderlei Rebelo.

Diz a nota o seguinte: (Lê):

ÁLVARO AMARGA ISOLAMENTO

Vanderlei Rebelo.

Ao mesmo tempo em que insiste em sua candidatura à Presidência da República, pouco factível além das fronteiras do Paraná, o Governador Álvaro Dias amarga, na metade de seu período de Governo, um crescente isolamento de sua administração. Desde o final do ano passado, Álvaro vem experimentando uma progressiva perda de apoio nos mais diferentes círculos de poder da sociedade. Isto não significa que sua imagem esteja abalada. Ao contrário: Álvaro mantém-se com o mais alto índice de popularidade entre todos os governadores, de acordo com as pesquisas divulgadas recentemente, fazendo inveja a seus colegas de outros Estados.

É difícil explicar esta situação paradoxal, mas o fato é que da mesma forma que

conserva sua popularidade, o Governador vai trombando aqui e ali, perdendo deputados na Assembléia Legislativa, entrando em confronto aberto com o Tribunal de Justiça e distanciando-se de segmentos importantes do empresariado - isto para não falar do sentimento hostil que prevalece no funcionalismo público em relação ao Governo, especialmente entre professores, alastrando-se pela Polícia Militar.

Quando eleito Governador, Álvaro dispunha de uma folgada maioria na Assembléia com 37 Deputados num colegiado de 54. Em dezembro de 88, meia dúzia de peemedebistas, insatisfeitos se desgarrou do partido para pousar no ninho do PSDB. Agora, outra meia dúzia de deputados do PMDB, vinculada ao ex-Governador Jaime Canet Júnior, ameaça formar um "bloco independente", no plenário abandonando o apoio incondicional que vinha oferecendo ao Governo. Segundo o presidente do Legislativo, Deputado Anibal Khoury (PMDB), na prática, Álvaro Dias já não conta mais com maioria na Assembléia.

O conflito com o Judiciário também aflorou em dezembro, por causa do aumento de salário reivindicado pela magistratura. Seguindo a orientação do Palácio Iguazu, a bancada governista descartou uma proposta de reajuste oriunda do Tribunal de Justiça e aprovou o projeto de lei do Executivo - com índices de aumentos menores - para indignação dos juizes, que recorreram ao Supremo Tribunal Federal e obtiveram uma medida liminar. O Governo teve de recuar e formular uma nova proposta de reajuste mais generosa.

Mas isso era só o começo. Na semana passada, em entrevista a um programa de televisão, o Governador criticou uma decisão da justiça, favorável ao antigo dono da PROMEPAR (empresa deficitária encampada e saneada pelo BADEP) que lhe assegurava o saldo de falência da empresa, também reclamado pelo Governo. Na entrevista Álvaro fez pesadas acusações contra os magistrados, abrindo um conflito de proporções inéditas entre Executivo e Judiciário. O Desembargador Zeferino Krukoski, julgando-se ofendido, promete interpelar o Governador na justiça para que se explique.

EMPRESÁRIOS

Desde as eleições municipais do ano passado, em que o presidente do Grupo Bamerindus José Eduardo de Andrade Vieira, à frente de um considerável agrupamento de empresários, resolveu dar apoio total à candidatura de Enéas Farias (PTB) à Prefeitura de Curitiba - transferindo-o depois para o pedetista Jaime Lerner - contra o peemedebista Maurício Fruet, as relações do Governo não são as mesmas com o

empresariado. O distanciamento cristalizou-se no desligamento de José Carlos de Carvalho da Secretaria da Indústria e Comércio (SEIC). A extinção da SEIC, logo depois, apenas agravaria as tensões.

Na área rural, o Governador ainda mantém laços com os empresários, graças ao trabalho de seu irmão e Secretário da Agricultura, Osmar Dias. Mas também ali há divergências de relacionamento, sobretudo no que se refere a alguns líderes. O presidente da FAEP, Paulo Carneiro, e o presidente da Sociedade Rural do Paraná, Brasília de Araújo Neto (Secretário da Agricultura no período João Elísio), permanecem ligados umbilicalmente ao grupo político do ex-Governador Jaime Canet, que se posiciona para marchar na sucessão estadual ao lado do senador José Richa (PSDB), em articulação da qual participam também João Elísio e o presidente do Grupo Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira.

A análise corrente identifica na falta de coordenação política do Governo a fonte de todos os males que afetam a atual administração. "Falta para o Governador Álvaro Dias, alguém que promova a coordenação política de seu Governo, que faça as articulações que cumpra o papel que era exercido pelo Euclides Scalco, no Governo Richa - explicou um ex-peemedebista que participou da revogada de tucanos para o PMDB no final do ano passado, o Deputado Nereu Massignan.

O SR. PRESIDENTE - (José Afonso Júnior)-
Vossa Excelência tem 30 segundos para concluir.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)-
Liderança do PDC cede seu horário ao ilustre Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
A Mesa defere, embora regimentalmente não é possível mas a Mesa vai deferir.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)-
Senhor Presidente, é anti-regimental.
Há alguns dias atrás, meses, já discutíamos este problema. Um partido não pode ceder o seu tempo ao outro. Eu pediria que Vossa Excelência reveja sua posição, para que não fique como praxe nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)-
Esta Presidência responde a Vossa Excelência que dentro do Regimento não é permitido mas esta Presidência assume a responsabilidade e concede a palavra, dentro do horário do PDC, ao Deputado Valderi Vilela.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)-
Acato a decisão de Vossa Excelência,

mas gostaria de registrar que quando o próprio Deputado que ocupa a tribuna e o Deputado Edmar Luiz Costa que pede também por questão de ordem, critica o Governador por não estar cumprindo uma Constituição... É lamentável que os Deputados que criticam o Governador...

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, não se trata de questão de ordem. Não citou nenhum Artigo do Regimento Interno que esteja sendo desrespeitado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Está com a palavra o Deputado Erondy Silvério para a questão de ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu prestei muita atenção na decisão que acaba de tomar Vossa Excelência. Eu apenas sugiro a Vossa Excelência que a Presidência deve ter um livro próprio para decisões extra-regimentais, que formam jurisprudência na Casa. Eu peço a Vossa Excelência que determine à assessoria da Mesa e que fique registrada a decisão de Vossa Excelência para que forme jurisprudência na Casa. Daqui para frente, qualquer Partido pode ceder o seu tempo a outro Partido da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Esta Presidência defere e vai fazer com que aconteça isso.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem). Eu quero parabenizar Vossa Excelência pela decisão que toma neste momento, e principalmente, fazendo justiça, porque este precedente já tem sido aberto em várias outras oportunidades e este Deputado que vos fala, numa oportunidade, não pôde usar o tempo logo no início do mandato, mas em muitas vezes, quando os debates interessavam ao PMDB, foi cedido o horário e Vossa Excelência lembra-se muito bem disso e faz jus, ocupando o cargo da Presidência, honra este cargo, cedendo o tempo, concordando com a proposição do Deputado Eimar.

Meus parabéns.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Eu sou obrigado, Senhor Presidente, a contestar as palavras do Deputado Costenaro, porque eu me lembro que em nenhuma oportunidade, quando interessava à Bancada do PMDB, qualquer membro da minha Bancada, fez uso de horário cedido por outra Bancada. Alerto mais uma vez a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e solicito que Vossa Excelência reveja a sua posição, porque como muito bem disse o Deputado

Erondy Silvério, isso passa a ser lei na Casa. A partir desta data, eu temo que ninguém mais queira cumprir o Regimento Interno. Se ele é desrespeitado em uma ocasião, pode sê-lo em outras ocasiões. Eu peço mais uma vez que Vossa Excelência reveja o seu posicionamento e não permita que um Deputado faça o uso do tempo de outro Partido.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Esta Presidência só gostaria de responder ao Deputado Artagão Mattos Leão, que há precedentes na história desta Casa, e esta Presidência achou por bem assim determinar e ela assume total responsabilidade.

O SR. HAROLDO FERREIRA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu entendo que o que foi colocado pelo Deputado Costenaro é verdade, nesta Casa e a experiência do Deputado Erondy Silvério diz realmente qual a conduta a seguir daqui para a frente. Mas eu gostaria que Vossa Excelência, para que não tomasse uma atitude pessoal, colocasse essa sua decisão, sob a decisão do Plenário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)-

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu, mais uma vez, quero reafirmar, quanto à posição desta Presidência, só que quando Vossa Excelência permite que o Partido possa ceder o seu horário a outro partido, ou ao orador que está na tribuna, eu acho que há um conflito, porque fugiu já da finalidade, o discurso que o Deputado vinha fazendo, porque ele comete o mesmo erro daquilo que ele critica do Governador Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (José Afonso Júnior)- Esta Presidência mantém a decisão e concede a palavra ao Deputado Valderi Vilela, no horário do PDC.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - ... Senhor Presidente, nós temos, continuando a leitura desta informação que nos vem através da "Folha de Londrina".

.. "Scalco era o chefe da Casa Civil de Richa, cargo ocupado hoje pelo Bacharel Acir Breda, pouco afeito ao trato de questões políticas. Há quem jure que as funções de coordenação política do Governo são cumpridas pelo Secretário da Comunicação Social, Fábio Campana, como também há quem diga que o próprio Álvaro tome a si este papel. A conclusão mais frequente, porém, é que de fato inexistente uma figura incumbida especificamente de coordenar as

ações políticas do Governo. A consequência mais evidente desta lacuna é o isolamento de Álvaro Dias".

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)- O PDS com a palavra.

Declina.

PFL com a palavra.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Neste momento em que apreciamos nesta Casa, três projetos de suma importância do Poder Executivo, faz com que os Parlamentares passem por uma avaliação geral das posições de cada um de nós durante esses dois anos de mandato.

Em alguns momentos, estivemos aqui nesta tribuna para tecer algumas considerações criticando o Governador Álvaro Dias, e, em outras oportunidades, até para elogiar. Mas, o decorrer do mandato faz com que uma avaliação mais profunda nos munície para que possamos avaliar o trabalho do nosso Governador, e traz neste momento, com estes projetos, uma grande preocupação: a Reforma Administrativa.

O Senhor Governador, querendo facilitar os caminhos agora, na contratação dos servidores evita cumprir a Constituição, demonstrando a sua prática já tradicional, nos últimos tempos, evidenciada com o caso da magistratura, da Polícia Civil, com a questão da briga da COPEL com a CR Almeida, e que acaba de perder na justiça.

Isso vai custar milhões de dólares para o Paraná. Tudo isso pela inconstitucionalidade.

Quanto ao artigo 37 da Constituição, "a lei estabelece os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária, excepcional". Excepcionalmente de interesse público. O governo não justifica, isoladamente, porque é que ele quer contratar. Ele quer uma autorização desta Casa para contratar durante os dois anos de mandato. Nós sabemos disso. Porque é por um ano e com o direito que a Constituição prevê, nestes casos, por mais um ano. E assim termina o seu mandato.

Nós ficamos, deveras, muito preocupados, principalmente quando se vê o Governo não atender o aumento que ele mesmo propôs, esta Casa aprovou, aos funcionários públicos, de 39%. Direito já adquirido.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência, permite-me um aparte?

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Na oportunidade, nobre Deputado.

Eu fico preocupado, principalmente pelo fato de que no meu entender, o Governo procura, com estes caminhos do contrato direto, sem o concurso público, que é o direito de todo cidadão, de ingressar no serviço público pela competência e não pelo apadrinhamento. Eu vejo o Governo querendo encurtar caminho. Claro que é com a égide de quem precisa agilizar a administração pública. E nós concordamos plenamente. Porque nós sabemos que a Secretaria da Administração, do Senhor Mário Pereira, no meu entender, ela vai muito mal. Os trabalhos administrativos deste Governo não andam. Os processos de aposentadoria que tramitam, vivem emperrados. E dizem os próprios funcionários daquela Secretaria: "ora falta o datilógrafo, ora falta o assessor para isso ou para aquilo". Mas, eu acho que na verdade o que está faltando é a competência do Secretário da Administração, que é a orquestra que deve fazer com que toda a administração pública funcione a contento. Mas, nós sabemos que o principal motivo, disse muito bem o Deputado Nereu Massignan, é a falta de estímulo, com bons salários. Então, o Estado perde os profissionais que são testados pela iniciativa privada. Mas, no entanto, embora eu não possa concluir meu pronunciamento, eu vejo com muita tristeza...

O Sr. José Felinto- Vossa Excelência permite-me um aparte?

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Logo em seguida, Deputado.

... vejo com muita tristeza, em contrapartida, a Casa Civil, todos os dias nomeando pessoas para altos cargos, conforme comprova o Diário Oficial. Uma destas nomeações é a do Senhor Ildefonso Sena Filho, para oficial de gabinete, publicado no Diário Oficial da semana passada. Esse cidadão está processado por peculato.

Disputou a eleição para prefeito do Município de Borrazópolis, sendo derrotado pelo PMDB. Mas, agora, naturalmente apadrinhado por aqueles que querem comprar espaço e obter votos no ato das eleições do ano que vem, contrata o cidadão processado por peculato, pela sua má administração e abuso naquele município desrespeitando a população e o Paraná, este é o governo da austeridade do Senhor Governador Álvaro Dias.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FELINTO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente eu tinha solicitado aparte ao Deputado Costenaro, mas não foi possível. Só que eu acho que ele fez confusão. Ele citou uma Secretaria e citou o nome de um outro Secretário.

Acho que escreveram errado ali para o

meu caro Deputado Costenaro.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Pela Ordem). Senhor Presidente, realmente eu gostaria que fosse corrigido o Secretário é o Secretário Mário Pereira e não Fábio Campana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa determina ao serviço de taquigrafia que corrija o nome.

Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados.

Depois de tanta paulada, depois de tanta lambada que está levando o Governador Álvaro Dias, na tarde de hoje, eu vou dizer algumas palavras amenas a respeito do nosso Governador.

(Lê):Tenho apoiado quase todos os posicionamentos do Governador Álvaro Dias, não concordo com o último, em que o Governador acena com a possibilidade de desistir de sua candidatura e apoiar Quércia. É ruim para o Brasil. Ninguém esqueceu os escândalos do Banespa e da "Raspadinha".

Ora, as eleições presidenciais deste ano vêm colocando cada vez mais o Paraná em evidência. Esta notoriedade se deve ao mais habilidoso político que o Paraná gerou nas duas últimas décadas: o Governador Álvaro Dias.

Tendo o respeito de seus amigos ou as críticas de seus inimigos, é inegável que Álvaro é o Paraná na corrida pela Presidência da República. E por que não o seria? É o Governador do sexto maior eleitorado do País. Os cinco milhões de eleitores que o Paraná possui não são uma cifra desprezível. E nem de longe se aceitaria que a propalada antropofagia política paranaense furtasse de Álvaro esse contingente eleitoral.

A seu favor tem também o Governador do Paraná, a identificação com a faixa etária que predomina no eleitorado brasileiro, trinta milhões de eleitores estão entre os 31 e os 50 anos de idade. Álvaro é como eles. Tem a maturidade sem o inconveniente das manifestações senis. Tem a garra e a vontade sem a insidiosa desconfiança que acompanha os mais velhos. Álvaro Dias é o retrato do novo político brasileiro, com a memória ainda bem marcada pelas lembranças do caudilhismo e da ditadura militar, inteligente o bastante para apagar esses vestígios no Brasil futuro.

Em tantos anos de vida pública de que venho participando no Paraná, nunca vi nosso Estado tão próximo da Presidência da República. Nem tão distante. Por que se o Governador Álvaro Dias abriu caminho, manteve a liderança estadual e ombreou com

outras lideranças nacionais, dentro de seu partido, o PMDB, este parou no tempo, moldado pelo fascínio histórico de sua sigla. Cabe ao PMDB, agora, decidir se quebra seu status de assíduo seguidor do poder - fadado a esgotar rápido como uma ampulheta - e aposta numa retomada de coerência, do bom senso e das condições para uma disputa equilibrada.

Hoje, as marcas do futuro podem estar impulsionando a carreira do Governador Álvaro Dias. A alta cúpula peemedebista vai decidir quem será o indicado do partido para concorrer à Presidência da República.

Se recusar Álvaro Dias - paciência! Demonstra não querer a renovação dos costumes. A responsabilidade é do maior partido brasileiro. Álvaro não tem o direito de abdicar sua condição de postulante em favor de Quércia que não inspira confiança do povo.

Álvaro deve disputar a convenção do seu partido. Daqui, desta tribuna, envio ao Governador dos paranaenses a minha solidariedade. E a torcida por seu nome não vem - e nada impediria que assim fosse - da admiração pelo governo sério, íntegro, moderno, que vem realizando em nosso Estado. A minha solidariedade é de paranaense mesmo, de político ligado às raízes deste povo que nunca foi governo, que nunca passou de breve anfitrião de ministérios.

Nós, do Paraná, somos sempre os coadjuvantes. Cortejamos as lideranças de outros Estados, impedindo que as nossas próprias lideranças tomem vulto e fôlego para afirmar a capacidade do nosso povo. Chegamos ao centenário da República tímidos, complacentes, irresolutos.

Mas alguém dentre nós fugiu à regra. Ousou impor seu nome e a nossa presença paranaense, pleiteando o mais alto cargo do País, dentro do ainda maior partido brasileiro, em representatividade eleitoral. É por esta ousadia, por esta caminhada solitária que demonstra coragem e fé pessoal, que eu o cumprimento, Governador Álvaro Dias. A sua atitude é a maior prova de respeito que um político pode dar ao Paraná e aos paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário do PT, com a palavra o Sr. Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Neste horário do Partido dos Trabalhadores, nesta tribuna, quero, com muita satisfação, fazer referência ao belo pronunciamento, principalmente pela bela causa assumida, neste Parlamento também, pelo Partido Social da Democracia Brasileira, que exige transparência, que exige prestação de contas, e principalmente que exige

o cumprimento da nova Constituição, em vigor desde 5 de outubro.

É uma luta antiga! Não esqueci ainda quando nesta Casa nem requerimento de pedido de informação se aprovava! Hoje, congratulo-me com o grande bloco, bloco que está mais interessado que o exercício do poder público, e a transparência das finanças públicas e o cotejamento com o cumprimento da Lei, a todo dia, a toda hora, são colocados em cheque!

Digo também que não esqueci ainda, o motivo pelo qual temos que apoiar a iniciativa do Deputado Nereu, bem como muitas iniciativas, neste Parlamento, quando votamos o orçamento do Estado do Paraná, quando contestamos e procuramos emendar a Lei do Orçamento, fazendo com que os recursos públicos do Estado do Paraná fossem destinados àqueles que merecem, e não àqueles 11 e meio bilhões de cruzados que nós aprovamos em maioria, com a oposição de muitos Parlamentares e Bancadas que não quiseram ver aprovados 11 milhões e meio destinados para a comunicação social do Paraná. Quando nós contestamos aqui, comparando que muitas Secretarias de muita importância neste Estado recebiam quatro, seis, oito, nove e meio bilhões de cruzados para manter uma estrutura de benefício à sociedade paranaense.

Outro tema que eu gostaria de abordar neste dia, é algo que chama a atenção de toda a sociedade brasileira neste momento: é o crédito que está colocando em cheque a apreciação perante a sociedade da classe política e nessa classe política estamos incluídos e que cada dia e a toda hora ouvimos na imprensa e aqui na tribuna, grande preocupação com o crédito com a classe política brasileira e paranaense. Muitos até agora não entendem porque os políticos estão desgastados e desmoralizados. Quero chamar a atenção e dizer ao Sr. Presidente e aos Srs. Deputados que os políticos do Brasil estão desgastados e um dos motivos pelo qual estão completamente desgastados é o motivo que prova disso é o manifestado pelo Deputado Caíto Quintana nesta tribuna hoje, Deputado que é relator da Assembléia Estadual Constituinte do Paraná e que sobe a tribuna para defender o descumprimento da Constituição Federal.

O Sr. Caíto Quintana - Permita-me um aparte, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, Deputado. Não podemos mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordar com afirmações deste tipo, que se venha aqui usar esta tribuna para defender o burlamento do concurso público, vir aqui defender...

O Sr. Caíto Quintana - Permite-me, nobre

Deputado. Vossa Excelência faz uma grave acusação contra o relator da Constituinte, o Sr. não lê, lhe dão marcadas as coisas, eu lhe peço que leia o artigo 37 da Constituição, no seu inciso 9, que vai dizer o seguinte: a Lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária excepcional de interesse público. Eu não estou defendendo absolutamente nada contra esta Constituição, é Vossa Excelência que não leu e tenta jogar uma acusação indevida, talvez por isso a desmoralização dos políticos que são papagaios; Deus lhe deu garganta alta e pouco cérebro.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência que não leu o inciso 9º do artigo 37, porque se Vossa Excelência tivesse lido com atenção não iria à tribuna defender um projeto que hoje está em votação nesta Casa, porque era o que o Sr. Governador deveria fazer, cumprir o inciso 9º, mandar um Projeto de Lei para esta Casa, porque a Constituição diz que a lei estabelecerá os casos e o caso exemplificado por Vossa Excelência do auxiliar da escola lá do interior, isso deveria estar contido no Projeto do Governador e não está, o que o Projeto diz é que nós estamos autorizando para o Executivo, Legislativo, Judiciário, direta, indireta, autárquica, um ano, renovável por mais um ano que seria o resto do mandato do Governador. O que Vossa Excelência está defendendo é que a exceção da Constituição se tornará regra aqui no Paraná; isso nós não concordamos e o descumprimento da Constituição, apesar de que nós do PT não concordamos com toda a Constituição, não concordamos com a maioria dela. Só para concluir, Sr. Presidente. Mas desde que foi aprovada num recinto democrático e nós a subscrevemos, exigimos o cumprimento dela e não admitimos que quem está sendo o Relator da Constituição do Estado defenda o descumprimento da Constituição maior.

Era isso, Sr. Presidente. Era isso, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra à Representação do PL.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vemo-nos obrigados a voltar hoje, a esta tribuna para mais uma vez lembrar os problemas que muitos setores da agricultura vêm enfrentando em função da desorganização do Governo Federal e porque não dizer, o descaso com que vêm tratando as questões agrícolas.

O produtor continua sendo penalizado em função da falta de definição dos preços

para a comercialização da safra de trigo, que já está sendo plantada. Continua sendo penalizada em função do não pagamento da produção do ano passado, que deveria ter saído em dezembro, mas que até agora não chegou às mãos do agricultor. O produtor rural continua sendo relegado a segundo plano, muito embora seja quem alimenta toda a população do País e ainda oferece condições para o pagamento da dívida externa brasileira com os seus produtos.

Vimos o próprio Secretário da Agricultura, Osmar Dias, levantar novamente a sua voz para chamar atenção para o fato de que o Governo Federal está mais interessado em articular as eleições presidenciais. E, realmente, o Ministro da Agricultura já se declarou, publicamente, candidato à Presidência da República. Se esta é a sua intenção e não há demérito algum em pleitear a Presidência da República, seria conveniente que se descompatibilizasse de suas funções, para que outro mais des preocupado com as articulações eleitorais pudesse levar adiante a resolução dos problemas do setor que estão se agravando dia após dia.

Pode parecer a volta ao lugar comum, mas, temos que lembrar que o plano verão e o congelamento não passam de enganação, pelo menos em alguns aspectos. É o caso dos insumos agrícolas, cujos preços na verdade nunca estiveram congelados e acabam por comprometer, completamente, o nosso agricultor.

Todos sabemos dos interesses que movem as grandes indústrias e empresas multinacionais, as maiores produtoras e comercializadoras de adubos e defensivos agrícolas. Todos sabemos de sua força na manipulação dos preços e todos sabemos, ainda, que o agricultor não pode abrir mão dos seus produtos. Muitos têm lembrado que os produtores de algodão estão passando por sérias dificuldades em função dos baixos preços para comercialização de suas safras. A defasagem chega a 700%. Isto, Srs. Deputados, inviabiliza completamente, o agricultor desta importante produção do nosso Estado e do nosso País.

Esta Casa tem promovido discussões, notadamente, no Bloco Parlamentar Agropecuário, brilhantemente presidido pelo Deputado Orlando Pessuti, com Lideranças do setor no sentido de buscar soluções para os problemas que estão se verificando. Mas, a parte da elaboração dos trabalhos a nível Estadual lamentavelmente pouco tem-se verificado de positivo, quando o assunto é levado para a área Federal, onde as decisões realmente importantes são tomadas. Precisamos continuar mobilizados e acelerar ainda mais, Senhores Deputados a nossa atuação, tendo em vista sermos um Estado que baseia a sua economia na agricultura, para que Brasília, aquela verda-

deira (ilha da fantasia", efetivamente esteja conscientizada da situação caótica em que se encontra a agricultura, para que possamos, através desse meio que é o meio natural, para que o Brasil possa arrecadar recursos e enfrentar as suas dificuldades financeiras.

E assim, Senhor Presidente, Senhores Deputados, possamos especialmente dar condições para que as futuras gerações venham a ter mais confiança no nosso próprio potencial.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)- No horário das Lideranças, concedo a palavra à representação do PMDB.

Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero neste momento parabenizar o Deputado Ezequias Losso. Enquanto alguns Deputados desta Casa, estão preocupados com o Governador do Paraná, que possa ser o futuro Presidente da República, o Deputado Ezequias Losso, está preocupado com os trabalhadores deste Estado.

Quero ser solidário a Vossa Excelência, uma vez que a minha postura neste Parlamento foi em defesa da agricultura do meu Estado e não só do meu Estado, mas defendendo a agricultura do nosso País.

Não existirá nunca neste País, um País forte, com brasileiros fortes, se nós não olharmos para a agricultura.

Quero citar um exemplo neste instante, de que já preocupa este Deputado, pela incompetência do Governo Federal, nós vamos ver de novo futuramente uma situação caótica neste País.

Nós já estamos iniciando a safra de arroz e quando os produtores precisam vender o seu arroz para cumprir os compromissos com as instituições financeiras, o Governo Federal desova o estoque da safra do ano anterior, massacrando todos os produtores de arroz e ainda mais, os financiamentos contraídos para o custeio foram cobradas taxas de juro altas, os juros continuam altos e o produto está congelado e existe através do Banco do Brasil um financiamento de três bilhões e seiscentos milhões neste País na agricultura do arroz.

E como foi repassado este recurso através do Banco do Brasil, porque o País não tinha dinheiro através do seu tesouro via Banco Central para injetar na produção de arroz. O Banco do Brasil fez a captação, através da sua poupança e repassando aos produtores pelo juro da poupança e cobrando uma taxa de gerenciamento.

Isto, Deputado Ezequias Losso, é a fa-

lência da agricultura deste País pela incompetência que nós vemos no Governo Federal. E quero dizer que não pertence ao PMDB, como foi frisado aqui, o Presidente Sarney. Infelizmente o PMDB de uns anos para cá se tornou uma curva de rio e que os enroscos do passado passam hoje a usar do PMDB para querer desestabilizar este Partido a quem eu respeito muito.

Aqui se falou com relação à comunicação social, os recursos gastos pelo Governador Álvaro Dias através da imprensa. Mas antes de adentrar a este assunto, quero fazer mais um alerta aos Senhores Deputados com relação à cobrança do IAPAS, nas Prefeituras Municipais do Paraná e do Brasil. Se nós não fizermos um movimento em favor dos Prefeitos, tanto a Bancada do PMDB, os Senhores Deputados de outras Bancadas e chegarmos também aos Deputados Federais, Senadores e Governadores, nós precisamos tomar providência. Não estou pedindo aqui para que as Prefeituras não paguem os seus compromissos. Nós estamos pedindo que haja uma condição de pagamento que não traga a falência às Prefeituras brasileiras.

Falou-se em comunicação social e eu quero refrescar a memória dos Senhores Deputados que aqui criticaram. Quando o Governador Álvaro Dias assumiu as rédeas do Governo do Paraná, já tinha a Secretaria na época. Era subchefia, ligada à Casa Civil. A Mensagem foi do Governador Emílio Gomes, sancionada depois pelo Governador Jaime Canet Júnior, o Decreto nº 912, em 04.09.75. Posteriormente houve um Decreto do Governador José Richa, o Decreto nº 3.052, em 11.06.84, criando a Secretaria Extraordinária para Assuntos Especiais e que depois o Governador Álvaro Dias tirou a Secretaria Extraordinária, criando a Secretaria da Comunicação Social, que foi uma Mensagem também do ex-Governador João Elísio e posteriormente sancionada pelo Governador Álvaro Dias. Eu até hoje não ouvi através da imprensa nenhuma crítica, dizendo o jornal e a televisão de que o Governador Álvaro Dias está gastando exageradamente. Eu até agora não ouvi isto. E sou da opinião de que se existe no Orçamento do Governo este dinheiro para mostrar ao povo do Paraná no setor da Secretaria da Comunicação Social, existe o gerenciamento desse dinheiro para a imprensa do Paraná. Se a imprensa não tiver recursos para noticiar não só do Governo, mas das Prefeituras, das Câmaras e até da Assembleia Legislativa do Paraná, evidentemente que não teria condições de pagar os seus funcionários, não teria condições de ir em busca das notícias. Seria a falência da imprensa. Então nós entendemos que existe esse recurso, que esse recurso tem que ser aplicado na imprensa do Paraná,

porque a imprensa realmente é muito importante, não só no Paraná, mas no Brasil inteiro para que a população tenha conhecimento dos atos dos homens públicos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrado o horário do Expediente,

passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 45 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão compor as diversas comissões desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 59/89, 11/89, 12/89, 13/89 e 42/89, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 59/89, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 35/89), que dispõe sobre a contratação de servidores para atender temporária necessidade de serviço, da administração direta, indireta e funcional de qualquer dos Poderes do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembleia, no que concerne a constitucionalidade e aos recursos financeiros e humanos. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 59/89
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Art. 1º - Inclua-se onde couber:

"Art. - Toda contratação a que se refere o artigo primeiro será publicada no Diário Oficial, pelos Poderes Executivo e Legislativo, e no Diário da Justiça, pelo Poder Judiciário, até dez dias depois de efetuada.

Parágrafo Único - Da referida publicação deverá constar o nome do contratado, o órgão de lotação, salário, vigência do contrato, bem como o despacho fundamentado do chefe do respectivo Poder declarando a necessidade e o interesse público."

Sala das Sessões, 04.04.89.

(aa) BASÍLIO ZANUSO, PAULINO JOSÉ DELAZERI, PEDRO TONELLI, NEREU CARLOS MASSIGNAN, ANTONIO COSTENARO NETO, EDMAR LUIZ COSTA, VALDERI MENDES VILELA.

JUSTIFICATIVA:

A nova Constituição da República adota como regra para contratação de servidores a realização de concursos públicos. A exceção, portanto, fica por conta da contratação por outros meios. O artigo 37 também da Constituição Federal, reza textualmente que "a administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade." Portanto, a presente Emenda guarda perfeita harmonia com o disposto na Carta Magna.

Ainda sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, na qualidade de líder do PSDB, com apoio dos Srs. Deputados Edmar Luiz Costa, Nelson Vasconcellos e demais Srs. Deputados, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Administração para, na Comissão de Recursos Humanos, dar explicações sobre o Projeto de Lei nº 59/89.

Em votação.

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - REJEITADO.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, eu pedi para encaminhar e o microfone estava desligado e Vossa Excelência deve ter ouvido o meu pedido.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - É matéria vencida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai conceder a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, eu consulto à Mesa se após o encaminhamento Vossa Excelência vai manter o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Se não houver requerimento para verificação de votação o resultado será mantido.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de dizer ao nobre Deputado Caíto Quintana que eu vou solicitar verificação de votação e assim já elimina essa dúvida.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não importa. O que importa é o resultado que a Mesa deu. Pode até verificar e não dar número, mas vai manter o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia que vai aplicar o dispositivo do § 2º do art. 176. Os Srs. Deputados que estão participando da votação devem continuar em plenário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Pedi para encaminhar no requerimento de convocação do ilustre Deputado e Secretário da Administração, Mário Pereira, para que viesse à Assembléia, na Comissão de Recursos Humanos dar explicações a um assunto que interessa à Assembléia Legislativa. Afinal, trata-se de um Projeto de Lei que visa regulamentar dispositivo constitucional, que diz o seguinte: "A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público."

Vossas Excelências são testemunhas de que votamos duas vezes contrariamente ao Projeto porque como ele está, não está com a Constituição, não está respeitando outro princípio do mesmo art. 37, que no seu caput define os princípios da administração pública, que são da legalidade (não há legalidade), da impessoalidade, da moralidade (não há moralidade) e da publicidade (não há publicidade).

Como se faz para serem cumpridos os princípios que eu citei? Aplicando-se o inciso II: "A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos..."

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela ordem) - Sr. Presidente, apenas para alertar a Mesa sobre os Srs. Deputados que estão deixando o plenário. Nós estamos em regime de votação. Apenas para alertá-lo porque eu sei que Vossa Excelência vai cumprir o Regimento Interno.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela ordem) - Sr. Presidente, nós estamos em regime de encaminhamento de votação. Não pode o Deputado Artagão querer mudar o Regimento Interno por conta própria. Ele está querendo obstruir o nosso direito de nos retirarmos do plenário; ele que traga os Deputados do PMDB para compor a maioria desta Casa que é dele.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa o Deputado Valderi Vilela que já houve uma votação e com liberalidade concedeu ao Deputado Nereu Massignan para

encaminhamento de votação. Vai valer o art. 176, § 2º...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Prossigo, Sr. Presidente. Então, o que deve prevalecer como norma geral é o concurso público.

O Projeto, na forma em que ele está colocado, vai permitir ao Executivo, ao Governador Álvaro Dias contratar tantas quantas pessoas pretender, seja em que órgão for, em qualquer momento neste ano de 1989 e no ano de 1990. Ficaremos um ano e nove meses sem ver a possibilidade de concurso; é muito mais fácil contratar pela via CLT. O argumento de que vai enxugar a máquina administrativa não procede. Não procede porque não se cumpre os princípios da publicidade que permite à sociedade paranaense, através do concurso, saber quantos médicos vão ser contratados na Saúde, quantos agentes de segurança para as penitenciárias, quantos professores são necessários para suprir os que se aposentaram, morreram e etc.

Pelo projeto jamais saberemos quantas contratações serão feitas, aonde, quando, como e por quê. É isso que precisa ficar explícito. É neste aspecto que as Oposições se rebelam contra o projeto. Não queremos "carta branca" da contratação, aqueles vícios antigos quando o concurso público era postergado; hoje o concurso é norma constitucional prevalente, é a regra e nós não podemos transformar este projeto como regra de contratação, seja de que Governador for, seja Álvaro Dias, seja para os futuros governantes. Nós não podemos, o Poder Legislativo não pode abrir mão dessa prerrogativa. Mesmo admitindo a necessidade de um projeto e assim é a nossa posição, tanto é que amanhã faremos as devidas emendas, mesmo assim ele deve ser aperfeiçoado pelo teste seletivo, pelo próprio concurso temporário, por que não? Nós não queremos aquela prática nefasta do tráfico, da fisiologia, da influência de grupinhos, do apadrinhamento. O Legislativo quer a transparência, quer que as coisas aconteçam de acordo com a Constituição. Só ela nos determina a forma de fazer.

Hoje nós teremos a oportunidade, segundo o Senhor Presidente, o requerimento foi rejeitado, entendo ao contrário já que estou encaminhando a votação. Teremos a oportunidade de chamar o Secretário da Administração para que venha aqui, discutir com a Comissão de Recursos Humanos, que é o Colégio legítimo para receber as informações do Secretário da Administração. Qual é o medo que a Bancada do PMDB tem de dizer quantos médicos precisa, quantas professoras, Deputado Caíto, precisa nas escolinhas do interior, qual é o medo de nos informar quantos agentes precisa na

penitenciária, quantos enfermeiros, quantos soldados, quantos detetives, quantos assessores? Seja para que lado for, para que órgão. Não interessa a nós isso, interessa sim, aos Deputados da Oposição. Aqueles que pretendem o ingresso no serviço público, essa transparência, essa divulgação que nós queremos, porque eventualmente aí fora há uma potencialidade de gente esperando a oportunidade de ser detetive, agente penitenciário, ingressar como médico da saúde pública, enfermeiro.

É isto que nós queremos que o Secretário Mário Pereira venha aqui nos informar, afinal, aprovado o projeto como está, eu desafio a Bancada do PMDB a nos dizer quantas pessoas serão contratadas. Nem a Bancada do Governo saberá porque a carta branca permite o preenchimento no momento oportuno de quem tem a possibilidade de contratar: será apenas o Governador, depois de aprovado o projeto. Daí essa nossa indignação. Não é pelo simples prazer de ser contra o Governador, nós somos a favor daqueles que querem oportunidade de ingresso no serviço público: com transparência, com legalidade, com a impessoalidade, com a moralidade, com a publicidade que está no artigo 37 que trata do capítulo da administração pública. E quem é mais competente para nos trazer as informações se não o Secretário Mário Pereira? E quem melhor se não a Comissão de Recursos Humanos da Assembléia para ouvi-lo, colher subsídios? Nós não podemos ter dois comportamentos aqui, Senhores. Nós, como constituintes, chamamos o Secretário Mário Pereira para nos dar o seu depoimento na área de Recursos Humanos: por que não podemos chamá-lo na Assembléia Legislativa do Estado?

Todos são testemunhas de quantos painéis, quantos debates, todos tiveram oportunidade de dar a sua contribuição na Constituinte. Nós estamos aprendendo a abrir o Parlamento e aprendemos bem com a Constituinte. Vamos pensar nisso, nessa jurisprudência em fazer desta abertura, processo permanente aqui neste Legislativo: ouvir a sociedade, transformar em prática o discurso de se ouvir os segmentos da sociedade. É isso o que nós queremos, nós não queremos deixar a administração pública sem a possibilidade de resolver os problemas que a própria Constituição diz, quando pede a "necessidade temporária e o excepcional interesse público". Venha aqui, Secretário Mário Pereira, com o apoio do PMDB, nos dizer aonde está a excepcionalidade do interesse público, detalhar para onde irão esses celetistas, e nós da Oposição, fatalmente nos curvaremos aos argumentos detalhados num Substitutivo que poderá ser feito inclusive, com a colaboração do próprio Secretário Mário Pe-

reira e com a Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que o aprovam queiram levantar-se. Rejeitado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Está em votação o requerimento ou o Projeto?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É o requerimento de Vossa Excelência. Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. Rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela ordem) Senhor Presidente, eu peço o número do resultado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder nova verificação de votação. Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e quatro Senhores Deputados o rejeitam, quatro o aprovam.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do ex-Deputado, companheiro Edgar Pimentel.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela ordem) Senhor Presidente, eu indago da Mesa, se doravante nos outros projetos, nós que participamos da votação desse requerimento, também terão que considerar como presentes nessa votação?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É o óbvio ululante.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Só durante. Senhor Presidente, eu estou em uma questão de ordem, séria, não estou ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa nunca duvidou da seriedade de Vossa Excelência.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Obrigado Excelência. Ontem houve esse desentendimento.

Hoje eu quero saber exatamente isso. Só do requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan. Dos demais, vamos voltar a fazer verificação, se for requerida?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É claro.

Vamos aplicar o Regimento Interno.

O Deputado Basílio Zanusso apresenta emenda. (Lê a emenda).

Em votação a Emenda.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Para encaminhar).

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, votei favoravelmente ao requerimento do Deputado Nereu Carlos Massignan, por entender constitucional o seu pedido, oportuno, necessário e não sei porque, não entendeu assim a Bancada do PMDB, impedindo que para esta Casa viesse o Secretário de Administração dizer alguma coisa.

O Projeto na forma em que está, Senhor Presidente, é uma autorização assinada em branco - como já se disse - porque não dá número, não diz para onde vai, a iniciativa do Senhor Governador se se estende aos Poderes Legislativo e Judiciário, portanto, inconstitucional. Mas nesta hora de transparência ... Já falamos hoje que o nosso Governador pretende disputar a indicação de candidato à Presidência da República pelo seu Partido, e não permitir que esta Casa pelo menos tenha conhecimento superficial trazidas que seriam pelo Secretário da Administração. E, este Deputado, com o objetivo de pelo menos não aprimorar, evidentemente, e não há essa pretensão, mas de orientar pelo menos a nós todos o que vai acontecer nesses dois anos, o término do mandato do Senhor Governador, porque a Constituição autoriza a contratação por um período de um ano e depois renovando por mais um ano. E como falou o Deputado Nereu que consta do Projeto, Mensagem do Senhor Governador, como não se diz para onde vai, quantos serão; porque serão dois anos. E é por isso que apresentei a emenda incluindo um artigo onde o Poder Executivo, o Legislativo também e o Judiciário deem publicidade dos atos das futuras contratações já que o "rolo compressor" da Bancada governista desta Casa sem dúvida alguma vai fazer com que o Projeto seja votado em 2. ou 3. discussão. Assim, pediria à Bancada do PMDB e especialmente ao seu Líder para que votasse a nossa proposta, a nossa emenda para que pelo menos tenhamos conhecimento futuro das contratações que serão feitas pelo Diário Oficial.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O Projeto está Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar a votação) Senhor Presidente, até por respeito aos Parlamentares desta Casa e à Bancada do PMDB que está votando, e às

pessoas que vêm a esta Assembléia para apreciar as votações que aqui são feitas, e a imprensa que aqui está e que, afinal de contas, precisa conhecer as razões pela qual a Bancada do PMDB vota ou deixa de votar.

Ouvi uma colocação do Deputado Pedro Tonelli citando o Deputado Caíto Quintana como Relator da Constituinte e dizendo que eu seria o primeiro estar desrespeitando a Constituição.

Ora, Senhor Presidente, o Artigo 37 da Nova Constituição promulgada do País, diz, no seu inciso II, que "... a investidura em cargos ou empregos públicos depende de aprovação prévia em concurso ..." mas diz também, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, no seu inciso IX "A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público". De tal sorte que a Mensagem do Executivo enviada a esta Casa é exatamente para respeitar a Constituição vigente, porque a Constituição vigente diz que em excepcional interesse do serviço público se procede à contratação temporária de pessoas.

E permita-me, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, ver o que diz o Projeto n. 59/89 do Executivo, que também foi dito aqui que não tinha Projeto. Ele diz que a administração pública direta ou indireta, ou funcional, de qualquer dos poderes do Estado, fica autorizada a contratar servidores em casos de excepcional interesse público. Totalmente consonante com o inciso IX do artigo 37 da nossa Constituição. E diz mais: "a contratação a que se refere o artigo anterior se dará independente de concurso e será ordenada por despacho fundamentado do chefe do respectivo Poder, que declarará a necessidade e o interesse público, após manifestação dos órgãos envolvidos".

Ora, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares! O Deputado Nereu Carlos Massignan faz um exercício de futurologia, um exercício mental para tentar colocar o interesse do Executivo na contratação de pessoas de seu agrado, querendo saber no Projeto quantas pessoas vai contratar na Polícia Civil, na Polícia Militar, na Educação, na Saúde ou em qualquer outro órgão. Mas, e quem disse que vai contratar na Saúde? E quem disse que vai contratar na Polícia Civil? E quem disse que vai contratar na Educação?

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Só concluo, depois cedo-lhe.

A lei, nobre Deputado, é genérica. A lei sempre foi genérica. A lei existe como

norma de conduta para o cidadão. A lei não pode estipular, sob hipótese alguma, o particular, em determinado momento. Se não, nós poderíamos cair, nesta Assembléia, no seguinte: o Governador Álvaro Dias manda uma mensagem para contratar 5 patrulheiros para desempenhar funções no DER, nas patrulhas rodoviárias. Porque esta é a necessidade. Mal está a Assembléia votando a contratação temporária de 5 patrulheiros, mais dois, porque são melhor remunerados, por uma empresa construtora. Sai do Estado e ficam duas máquinas paradas. Aí o Governador vai mandar outra mensagem pedindo mais dois. E assim sucessivamente, esta Casa de Leis vai ficar votando no individual, quantas pessoas, qual é o nome, qual é o CPF; qual é a sua origem, para podermos atender a um pedido totalmente infundado, por quê? Porque a lei está estipulando que em despacho fundamentado vai-se justificar.

Esta é a razão que leva a Bancada do PMDB a votar favorável. E digo mais: dentro de poucos meses, Prefeituras de Parlamentares que estão votando contra esta lei do Executivo Estadual, Parlamentares estarão mandando cópias para as suas prefeituras para que os seus prefeitos, de outros partidos, solicitem à Câmara Municipal de Vereadores, a possibilidade da contratação eventual. Porque senão, ao invés de diminuir a despesa, vai-se aumentar o inchaço único e exclusivo no serviço público, que tem que dar a resposta imediata de alguns problemas. Como, meu Deus do céu, que no exercício de futurologia o Governo do Estado vai saber se daqui a 60 ou 90 dias vai precisar contratar algum funcionário eventual, para uma das suas secretarias ou para um de seus órgãos?! É a emergência, é a necessidade imediata que leva para a continuidade do serviço público a necessidade de que o Governo possa contratar!

Agora, eu venho aqui na tribuna dizer que o Governo vai contratar por um ano e 9 meses, é puro exercício de futurologia. Porque a lei, diz muito claro que a contratação só se dará em tempo determinado e não poderá ultrapassar o ano civil. Isso não significa que a contratação será feita por um ano. A lei é uma norma genérica que não pode dizer se se contrata por 20, 21 ou 19 dias, porque a lei não pode saber quando a emergência vai terminar, ou quando o resultado final de um concurso será feito.

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, somos de Partidos diversos, mas não podemos permitir que a interpretação, intencional, voltada na tentativa de mostrar que o governo queira contratar para acobertar possíveis interesses seus, prejudique e amarre a administração pública do Estado do Paraná a ponto de não podermos

contratar ninguém.

Esta é a razão que a nossa bancada votou e essa é a razão que nós acreditamos que se o Governo tiver que contratar por concurso numa emergência 200 pessoas, terminada a emergência, essas pessoas pelo uso do concurso público ficarão na folha de pagamento usando espaços que nem tem e onerando serviço público. É justo, é transparente conforme o caput do artigo, é legal, é impessoal, é moral e está citando publicidade. Em instante nenhum está contrariando a Constituição porque senão não estaríamos aqui numa sessão pública discutindo o assunto para dela dar conhecimento da necessidade. Por isso, como justificativa de voto Senhor Presidente, votei na primeira, votei na segunda e vou votar na terceira e conclamo os companheiros desta Casa independente de partido político, que esta lei votada hoje aqui será votada sem dúvida alguma nos municípios também porque não é possível que na eventualidade se emperre a máquina administrativa do governo estadual ou municipal pela falta exclusiva de um concurso a contratação de alguém temporário.

Parabéns à bancada do PMDB que soube de frente e com presença enfrentar os desgastados que aqui foram ditos e mais uma vez prestar uma inestimável colaboração ao serviço público do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há encaminhamento de votação.
A votação já foi feita.
Se quiser poderá justificar seu voto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - (Para justificar) Realmente Senhores Deputados, nós concordamos com as ponderações do Deputado Caíto Quintana. A preocupação, a manifestação e o que diz o Deputado Caíto Quintana na sua pessoa, no que nós conhecemos muito bem nesta Casa, nós acreditamos e concordamos.

Mas, acontece que essa autorização para que o Governo em todos os seus órgãos contrate quando achar necessário, sem a devida justificativa a esta Casa, de acordo com a Constituição, o que exige a Constituição, é isso que nós somos contra. E o Governo pede e o PMDB está concedendo uma autorização como já disse da tribuna, por dois anos.

Agora, o governo justifica se quiser. Nada vai lhe obrigar a justificar a esta Casa o que está acontecendo, por que está contratando.

O que nós gostaríamos e aí então é a emenda apresentada pelo Deputado Basílio

que eu espero que Vossas Excelências como nós, aprovem também, é que tenha transparência. E cada caso, como diz a Constituição, não é um caso isolado. Mas de acordo com a necessidade, a secretaria ou órgão do governo que precisar é só enviar para esta Casa, a população vai saber da necessidade e nós vamos aprovar. Porque também nós entendemos que o Paraná, um Estado carente de emprego, a juventude está aí esperando oportunidade.

Então, nós achamos que na verdade é preciso que se ofereça oportunidade. Se o Estado tem emprego, precisa de gente, em alguns setores que estão defasados, não dá tempo de fazer concursos, então é importante. Mas que seja encaminhado a esta Casa que será aprovado rapidamente e a população vai saber.

O que não pode continuar acontecendo é o concurso, no caso de professores, realizado há dois anos, que vai terminar agora no dia 30 deste mês. Os professores telefonam, enviam ofício, pedem, imploram, a sua oportunidade de emprego.

Na Saúde Pública é a mesma coisa. Concurso realizado já há quase dois anos e o governo não contrata sob a informação e afirmação de que não tem recursos para pagar. Não pode dar reajuste salarial porque não tem dinheiro; não pode contratar porque não tem dinheiro. E agora nós vemos aí querendo uma autorização para contratar, sem dar satisfação para o Poder Legislativo, que fere, além do mais a Constituição Federal. É essa a nossa preocupação, a preocupação é para o bem do Paraná! É com a seriedade. Nós achamos que realmente é preciso que se contrate nos órgãos públicos, não por apadrinhamento, pela competência, e o servidor público, contratado através de concurso, deverá mostrar competência absoluta e não companheirismo político! É essa a nossa preocupação.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Para justificar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa a Vossa Excelência que Vossa Excelência já justificou o suficiente, mas dentro da liberdade que nós dirigimos os trabalhos, Vossa Excelência pode justificar novamente.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu só quero justificar mais um pouquinho, obrigado, Senhor Presidente. Acho que os colegas que já se manifestaram e a discussão política deste Projeto, já votado em 2.^a e que por certo, amanhã, teremos a 3.^a discussão e votação dele, eu queria colocar um elemento a mais, que até agora eu não entendi, apesar das insistentes preocupações do Deputado Caíto Quintana, que tenta justifi-

car, responder e esclarecer que só ajuda a politizar esta nova Lei, tenho uma dúvida que não foi mencionada e nem sequer respondida, nesta Casa Legislativa e neste Poder. Eu até agora não entendo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mesmo que fosse constitucional, eu não entendo o porquê de um Projeto de iniciativa de tal conteúdo. Digo o porquê: o Secretário da Administração Pública do Estado do Paraná, Deputado Mário Pereira, muitas vezes foi à imprensa, esteve na Comissão de Ordem Econômica e Social, na Comissão de Organização do Estado e dos Municípios da nossa Constituinte Estadual; Sua Excelência o Governador inúmeras vezes foi à televisão, esteve aqui nesta Casa Legislativa, no dia 1º de março, dando contas da situação do Estado, aonde uma frase de peso que se diz é que o Paraná vai indo bem, administrativamente, porque conseguiu romper o gráfico do aumento da folha de pagamento, o aumento de funcionários públicos e que conseguiu demitir 10.000 funcionários públicos, nestes dois primeiros anos de mandato do Governo Álvaro Dias. E disse que vai demitir mais 10 até o final de seu Governo. Eu pergunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados: Por que é que tem que fazer uma Lei autorizando novas contratações, quando a palavra de ordem é reduzir, é demitir? Já foram demitidos 10.000, vai ser demitido mais 10.000 e que para resolver o problema do Paraná é a folha de pagamento? Eu não entendi até agora! Mesmo que fosse constitucional, eu não entendi o porquê que nós temos que contratar! Eu quero ver o Governador, quero ver o Deputado Mário Pereira, Secretário da Administração, quero ouvir o Líder do Governo, nesta Casa, o Líder do PMDB, que me expliquem o porquê. Porque aquilo que está escrito no inciso 9º do Artigo 37, da Constituição, a Lei estabelecerá os casos. Aqui não se falou nos casos, eu quero saber dos casos! Precisa contratar para pintar o prédio da Assembleia Legislativa? Precisa para a Universidade de Londrina? Precisa veterinário para curar uma epidemia momentânea, no Paraná? Se são estes casos que justificam, eu votarei favoravelmente, senão tiver caso, não justifica, inclusive por ordem de Sua Excelência, o Governador e por ordem de Sua Excelência o Secretário da Administração! Não justifica!

Por isso e tantos e tantos outros motivos que continuaremos votando contra tal Projeto, porque não tem justificação legal e não tem justificação política!

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu ainda não justifiquei meu voto, gostaria que Vossa Excelência, me desse a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Nós ouviremos Vossa Excelência com muito prazer.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Caíto Quintana, eu ouvi atentamente a justificação de Vossa Excelência defendendo a aprovação deste Projeto de Lei. Eu quero dizer Deputado Caíto Quintana que não somos contra a contratação de pessoal, não somos contra porque neste País o desemprego tomou conta da população brasileira. Não somos contra Deputado Caíto Quintana quando há necessidade da contratação do serviço público, para o serviço público, mas é preciso, Deputado, se estabelecer as regras do jogo, a necessidade de se saber setor ou setores, quantas pessoas, talvez o Governo Estadual precise contratar. Nós nunca vamos ter um serviço público perfeito neste Estado e neste País, porque de princípio nós vamos ter mais meia dúzia de salários mínimos neste Paraná, porque nunca se viu uma política de arrocho salarial como a praticada por esse Governo.

O nosso trabalhador, Deputado Caíto Quintana, já vem sofrendo o arrocho salarial, os nossos companheiros que estão na fila há muitos e muitos anos, esperando a sua contratação, porque o serviço público já fez concurso que até hoje cidadão não foi chamado a trabalhar. É isso Deputado Caíto que é a nossa preocupação.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu concedo com muita satisfação a Vossa Excelência.

O Sr. Caíto Quintana- Até porque a colocação anterior foi no mesmo sentido Deputado Valderi Vilela. Essa autorização não significa, que por exemplo...

O SR. SABINO CAMPOS - (Pela Ordem)- Ele está justificando e dando aparte para outro Deputado nobre Presidente, eu acho que está muito liberal a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa é liberal democrática.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, eu gostaria de ouvir exatamente, eu vim à tribuna para discutir com o Deputado Caíto Quintana, o assunto de interesse do Paraná.

O Sr. Caíto Quintana- Eu vou ser rápido. Só para tirar essa dúvida de que por exemplo o Estado possa contratar Professor

sem concurso, não existe isso, a lei não está autorizando isso, nem tão pouco na saúde, nem nada, essa contratação não vai permitir porque o Estado não chama os Professores do Concurso e venha a contratar um Professor, isso não existe, isso seria uma loucura, é excepcional interesse e já que Vossa Excelência foi condescendente, por exemplo; onde é que é Balsa Nova, não sei quem é o Prefeito de Balsa Nova, de que Partido é, mas aqui no Diário já tem olha: "Câmara de Balsa Nova aprovando uma lei", exatamente essa, por que? Porque a Prefeitura de lá deve estar necessitando com uma determinada urgência...

O SR. VALDERI MENDES VILELA - É aí Deputado Caíto Quintana a grande preocupação. Eu não acredito de forma alguma que vá se cometer abusos no Paraná, as Prefeituras poderão contratar copiando o Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo Estadual, esse é um grande perigo e porque também a Constituição Federal iria prever o caso Concurso Público, não tem lógica nenhuma a situação que ora se pede no Paraná. Se fixasse o número, se fixasse o prazo, certamente Deputado Anibal Khury, nós votaríamos, porque nós temos certeza que tanto a Assembléia Legislativa, o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário podem precisar de funcionários para qualquer trabalho emergencial, mas, emergência não é dois anos.

Por isso, o nosso voto contrário a este Projeto de Lei.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)-

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 11/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 08/89), que objetiva a extinção de cargos de provimento em comissão no âmbito da Administração Pública Estadual, conforme especifica. Com PARECER pela Constituição Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. nº 03, de 02.03.89.).

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 11/89
DA CONSTITUCIONALIDADE

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 08/89, o Projeto de Lei nº 11/89, objetiva a extinção de cargos em Comissão no âmbito da Administração pública-estadual.

Da análise do Projeto de Lei em tela, depreende-se da justificativa do Senhor Governador, que tal medida torna-se necessária como continuidade à reforma adminis-

trativa conforme expressa a Lei 8485/87, aprovada por este Poder, com amparo no inciso I do Artigo 47 da Constituição Estadual.

Não encontrando qualquer impedimento legal, somos de parecer Favorável pela aprovação do Projeto de Lei nº 11/89.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) NILTON BARBOSA.

EM VOTAÇÃO

Para relatar Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - (Lê o Parecer).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Em votação o parecer. Os Senhores Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que o aprovam queiram levantar-se.

Vinte e quatro Senhores Deputados o aprovam e dois o rejeitam. Não há quorum para a votação.

O SR. DEPUTADO ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)- Eu requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Alves)- Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu gostaria de indagar de Vossa Excelência, se os Deputados que não estão no Plenário, poderão ser considerados como presentes?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Os que não participaram da votação são considerados ausentes, os que participaram são considerados presentes.

Cada processo é uma votação.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Continua a chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria que o Senhor 1º Secretário registrasse a presença do Deputado representante de Guaruva, Leônidas Chaves.

O SR. CÂNDIDO BASTOS - Eu pergunto ao Senhor 1º Secretário, se fez a minha chamada, porque eu não escutei.

Eu não escutei o meu nome. Está registrada a presença?

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à 2ª Chamada Nominal.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (José Alves)- 28 Senhores Deputados estão presentes.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência aguarde um pouco anunciar a presença de 28 Senhores Deputados.

Vossa Excelência pode falar pela ordem.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Eu consulto à Secretaria se o Deputado Nereu Massignan, Deputado Leônidas Chaves e o Deputado Valderi Vilela constam como presentes ou não?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Infelizmente não constam, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Não constam. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- O Projeto está em votação. (pausa). Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem, Senhor Presidente. Qual foi o resultado? (Voices paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa pede aos Senhores Deputados que tenham calma.

A matéria está aprovada. Só votou contra Vossa Excelência. 27 votaram a favor. Está aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 12/89, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 09/89), que objetiva instituir na estrutura organizacional básica do Poder Executivo Estadual, a Secretaria de Estado da Justiça- SEJU com a Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social. SETA, conforme especifica. Com PARECER pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. 03, de 02.03.89.).

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 12/89

PARECER:

DA CONSTITUCIONALIDADE

Do exame da matéria constata-se que os incisos I, XVI, e XVII do Artigo 47, da Constituição Estadual, não deixa dúvidas quanto à legalidade da Mensagem nº 09/89, do Poder Executivo que originou o Projeto de Lei nº 12/89.

A medida proposta visa instituir a Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social- SEJA, como fusão da Secretaria de Estado da Justiça, com a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social.

Sob o prisma, da Constitucionalidade da propositura apresentada a este Poder conclui-se que a mesma tem condições de receber parecer FAVORÁVEL, pela sua Aprovação, visto não ferir qualquer preceito Constitucional.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) SABINO CAMPOS

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Requerio verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai proceder à verificação de votação requerida pelo nobre Líder Pedro Tonelli, da Liderança do PT e da Oposição.

Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

(Pausa).

Os Senhores que rejeitam queiram levantar-se.

(Pausa).

Vinte e sete aprovam e um rejeita. Está Aprovado o Projeto.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 13/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 11/89), que objetiva a extinção da Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR, e os respectivos cargos de direção denominados Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor-Técnico, conforme especifica. Com PARECER pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 03, de 02.03.89.).

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 13/89

PARECER:

DA CONSTITUCIONALIDADE

O Projeto de Lei nº 13/89, oriundo da Mensagem Governamental nº 11/89, objetiva extinguir a Empresa Paranaense de Turismo- PARANATUR, bem como adotar outras provi-

dências, visando a adequação constante da Lei n° 8485/87, à dinâmica das transformações que se processam na realidade administrativa e social do Estado.

Tal proposta tem amparo nos incisos I, XVI, XVII do artigo 47, da Constituição Estadual, o que não deixa margem de dúvidas quanto a sua legalidade, levando-se a opinar favoravelmente, a sua aprovação pelo Plenário deste Poder.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) CÂNDIDO BASTOS

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 42/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 12/89), que objetiva a concessão de uma pensão mensal ao pintor CZESLAW LEWANDOWSKI. Com Parecer pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Aprovado).

PROJETO DE LEI N° 42/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1°- Fica concedida ao pintor Czeslau Levandowski, uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários mínimos de referência.

Art. 2°- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.89.

(a) PODER EXECUTIVO.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 42/89

PARECER:

DA CONSTITUCIONALIDADE

Dispõe a alínea "a" do artigo 25 da Constituição do Estado que " É da competência exclusiva do Governador a iniciativa de Lei que disponha sobre matéria financeira.

Portanto, quanto à Constitucionalidade da matéria, não há qualquer impedimento à sua normal tramitação neste Poder.

Porém, no caso em tela, vale ressaltar ainda a justeza da proposta, pois vem de encontro ao reconhecimento do trabalho realizado pelo ilustre paranaense por opção, CZESLAW LEWANDOWSKI, que projetou este Estado tanto nacional quanto internacionalmente, no cenário das artes plásticas.

Diante destas constatações somos de parecer FAVORÁVEL, opinando pela Aprovação do projeto em exame.

Sala das Sessões, em 04.04.89.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 322/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BARBARA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Atalaia - PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 31/88, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que declara de Utilidade Pública a Comunidade de Assistência aos Dependentes de Drogas - Casa da Copiosa Redenção C.C.R., com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei n. 276/88, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que versa sobre a mesma matéria. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 156/88, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araruna, com sede e foro em Araruna. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 166/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Alto Cajuru, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.D.C., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 321/88, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeirinha, com sede e foro no município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 38/89, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que concede o Título de Cidadão Benemérito ao Dr. Fernando Campinha Garcia Cid, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 173/88, autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Proteção ao Menor da Comarca de Marilândia do Sul, com sede e foro no município de Marilândia do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e

C.D.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 186/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Polivalente - Ensino de 1.^o Grau, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 189/88, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Dal'Col, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 191/88, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Santa Cruz, com sede e foro na cidade de Capanema. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 220/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Fundação Weiss Scarpa, com sede no Distrito Administrativo de Pinhais e foro no município de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C. por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, requerimento de n. 303, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Encaminha-se como sugestão.

Requerimento de n. 441, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 410, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 414, de autoria do Senhor Deputado David Cheriegate, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 415, de autoria da Senhora Deputada Vera Agibert, constante do expediente. **A Comissão Executiva.**

Requerimento de n. 419, de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 420, de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Le-**

gislativa.

Requerimento de n. 426, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 427, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 428, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 429, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 430, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 431, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 432, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 433, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 434, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 435, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 436, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 437, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 438, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 439, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 440, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 442, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. **Aprovado. A Diretoria Legislativa.**

Requerimento de n. 443, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 444, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 445, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 446, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 332, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, eu solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - Anibal Khury) Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se. 8 Senhores

Deputados o aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

O SR. PEDRO TONELLI - E a minha chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder se houver número.

Não há número nem para prosseguimento da sessão, nem para a chamada nominal.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 173, 186, 189, 191 e 220/88 e 59/89

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 11, 12, 13 e 42/89.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 06/89.

Levanta-se a sessão.